

Patrícia Falco Genovez e José Bispo Ferreira Filho

Patrimônio Cultural de Governador Valadares



Patrícia Falco Genovez e José Bispo Ferreira Filho

FUNDAÇÃO PERCIVAL FARQUHAR

Rômulo César Leite Coelho

REITORA

Lissandra Lopes Coelho Rocha

EDITORA UNIVALE

Franco Dani Araújo e Pinto

CONSELHO EDITORIAL

Cristiane Mendes Netto

Elaine Toledo Pitanga Fernandes

Eunice Sueli Nodari

Francisco Antônio Rodrigues Barbosa

Franco Dani Araújo e Pinto

Guilherme Dutra Marinho Cabral

Helenice Joviano Roque de Faria

Luiz Miguel Oosterbeek

Márcio Lopes Pimenta

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

Maria Lucinda Cruz Dos Santos Fonseca

Ricardo Ojima

Ricardo Rozzi

Sueli Siqueira

Vitor Felipe Oliveira de Miranda

Patrimônio Cultural de Governador Valadares

Governador Valadares, MG/2021

univale
editora

Rio Doce

(Zé Geraldo)

G335p Genovez, Patrícia Falco
Patrimônio cultural de Governador Valadares [livro eletrônico]:
Patrícia Falco Genovez; José Bispo Ferreira Filho. -- Governador
Valadares, MG : Univale Editora, 2021.
74 p.; il., color.

ISBN 978-65-87227-11-5

1. Patrimônio cultural. I. Ferreira Filho, José Bispo.
II Título.

Deposito em suas águas meu grande segredo
Parto pra cruzar fronteiras, engrossar fileiras
Compor meu enredo
Deixo suas margens ricas sob a sombra lírica da Ibituruna
Una, pobre sabiá que perdeu seu canto de frases ligeiras
Por ver se apagar a ilusão ardente
Tão inconsequente da paixão primeira
Oh! Meu Rio Doce, doce são os seios da morena flor
Cor do seu Ipê
Que vive sob as gameleiras, pés de jenipapo
Junto de você
Leva essa morena no seu leito manso
Faz o seu remanso se vestir de azul
Que eu 'tô' levando a minha mocidade
Pras velhas cidades e praias do sul
'Tô' levando a minha mocidade pras velhas cidades
E praias do sul
Larauê larauê ê aa, larauê larauê ê aa
Oh! Meu Rio Doce, doce são os seios da morena flor
Cor do seu Ipê
Que vive sob as gameleiras, pés de...

Capa e editoração eletrônica
Patrícia Falco Genovez/Elton Frederico Binda de Castro

Ilustração da Capa
Júlia Evangelista Gomes Bomfim

Revisão
Patrícia Falco Genovez /José Bispo Ferreira Filho

Pesquisadores Voluntários
Adil Ceverino França, Ana Carolina Marques Vargas, Ana Luisa Trindade Oliveira, Daniel Coelho Pereira Guerra, Danyelle Guimaraes Santos, Érica de Cássia Marcelino, Gabriel Fernandes de Souza, Gleicyelle Farias Batista, João Pedro Soares de Andrade, Júlia Evangelista Gomes Bomfim, Juliana Dias Gonçalves Fernandes, Jullya Dutra Pereira, Letícia Berton da Câmara Costa, Lucca Cremasco de Figueiredo, Mayra Temponi de Souza, Nicolý Alvarenga Braga, Poliana Luiza de Souza Andrade, Rafaela Ataides Lopes e Ricardo Henrique da Cunha Carvalho

2021
EDITORA UNIVALE
Rua Israel Pinheiro, 2000 - Universitário CEP.: 35020-220 - Governador Valadares-MG E-mail: editora@univale.br

Apresentação

Olá, crianças e professores(as)! Tudo bem?

Somos um grupo formado por professores (Patrícia e José Bispo) e alunos da Universidade Vale do Rio Doce. Em uma das atividades do nosso semestre letivo convidamos os alunos do sétimo período do curso de Arquitetura e Urbanismo (Adil, Ana Carolina, Ana Luisa, Daniel, Danyelle, Érica, Gabriel, Gleicyelle, João Pedro, Júlia, Juliana, Jullya, Letícia, Lucca, Mayra, Nicolý, Poliana, Rafaela e Ricardo) para discutirmos sobre o patrimônio cultural do município de Governador Valadares. Ao fim da nossa discussão, chegamos à conclusão que seria importante fazermos algo de concreto pelo nosso patrimônio. Foi assim que surgiu a ideia de elaborarmos, juntos, uma cartilha para vocês¹.

Nossa intenção foi elaborar uma cartilha para informar a todos vocês sobre o patrimônio cultural do município de Governador Valadares. Muitas pessoas nem sabem que nosso município possui um patrimônio cultural e nem sequer imaginam a importância dele. Há aqueles que questionam porque devemos falar de patrimônio cultural e em resguardar tradições se vivemos numa sociedade onde prevalecem a industrialização e a tecnologia. Quem precisa de tradições e “coisas velhas” quando temos celulares, redes sociais, YouTube, TVs à cabo, jornais online, Internet e tantos outros instrumentos que nos informam sobre o mundo? Por que, afinal, precisamos conhecer nosso patrimônio?

Bom, sem conhecermos nossas tradições e práticas culturais não teremos como refletir sobre nossa identidade. Vou explicar melhor. Imagina, por um momento, que você perdeu sua memória. Não se lembra de nada. Não sabe seu nome e nem de onde veio, do que gosta de fazer, quem são seus amigos e familiares. Como você se sentiria? Perdido? Sem a sua memória você não conseguiria se identificar e nem estabelecer um laço de pertencimento. Então, sem memória você não teria uma identidade e nem pertenceria a lugar algum! E, o que é pior, outras pessoas teriam que dizer quem você é, onde mora, quem são seus amigos, a qual família pertence, em qual bairro mora, quais são suas brincadeiras favoritas... Per-

¹ Adil Ceverino França, Ana Carolina Marques Vargas, Ana Luisa Trindade Oliveira, Daniel Coelho Pereira Guerra, Danyelle Guimaraes Santos, Érica de Cássia Marcelino, Gabriel Fernandes de Souza, Gleicyelle Farias Batista, João Pedro Soares de Andrade, Júlia Evangelista Gomes Bomfim, Juliana Dias Gonçalves Fernandes, Jullya Dutra Pereira, Letícia Berton da Câmara Costa, Lucca Cremasco de Figueiredo, Mayra Temponi de Souza, Nicolý Alvarenga Braga, Poliana Luiza de Souza Andrade, Rafaela Ataides Lopes e Ricardo Henrique da Cunha Carvalho.

cebeu como manter a memória é importante? Temos até documentos que nos identificam, não é mesmo? Quando nascemos temos a nossa certidão de nascimento, com várias informações. Depois, quando estamos maiores, temos a nossa carteira de identidade, somos inseridos no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e quando podemos participar das eleições, tiramos o título de eleitor. Enfim, vamos colecionando vários documentos ao longo da vida que registram e comprovam quem somos. Eles são um tipo de memória registrada no papel e certificada pelo Estado brasileiro que comprova e atesta que nossos dados são verdadeiros e informam quem somos.

Os municípios também possuem sua memória e devem ter muito cuidado para não a perder. Caso isso ocorra, perderá sua identidade e a capacidade de estabelecer um laço de pertencimento com seus moradores. Por isso, proteger e salvaguardar o patrimônio cultural de um município é tão importante. Essa proteção deve ocorrer através de uma legislação específica, mas acima de tudo deve contar com a ajuda de todos! Sim. Você pode e deve estar envolvido nesta “luta” pela memória do nosso município. E, além disso, pode se tornar alguém que leva essas informações para outras pessoas. Ao espalhar esse conhecimento você nos ajudará a conscientizar um número cada vez maior de pessoas dispostas a proteger o patrimônio cultural de Governador Valadares. Juntos, seremos mais fortes para impedir a perda de nossas tradições culturais. Podemos começar essa cruzada resguardando a memória de cada um, de cada grupo e, por fim, da cidade e de todos os distritos. Desse modo, todos nos sentiremos identificados com Valadares e estabeleceremos bons referenciais identitários tanto no nível pessoal quanto no coletivo.

Alguns podem achar que Governador Valadares seja um município jovem se comparado a outros municípios de Minas Gerais e do Brasil e que, por isso, não teria uma identidade a resguardar. Mas, podemos perceber que, apesar de ter pouco mais de 80 anos, Valadares tornou-se – e ainda é – um lugar que reúne pessoas de tradições culturais muito variadas. Isso ocorre por causa da sua localização geográfica, entrecortada por três importantes rodovias (BRs 116, 259 e 381), além de uma estrada de ferro, a Vitória-Minas. Essa localização a coloca numa posição privilegiada, capaz de receber pessoas oriundas de diversas partes do Brasil. Talvez essa formação, a partir de tantas culturas diferentes, leve muitos a pensarem que o nosso município nem tenha uma identidade ou uma cultura que lhe seja própria. Daí a nossa tarefa, ainda mais pertinente, de pesquisar sobre o nosso percurso histórico e de guardar a memória e as tradições que fazem parte do que somos. Não podemos nos esquecer que somos, sim, um município jovem, que nasceu numa região pouco habitada do Sertão do Rio Doce, ocupado originalmente por índios botocudos e que atraiu e continua atraindo pessoas de várias partes do Brasil. Essa origem nos deixou um grande tesouro que, do ponto de vista patrimonial, está repleto de lugares e objetos; assim como, de formas de expressão, saberes e celebrações que possuem aspectos tantos materiais quanto imateriais.

Por isso essa cartilha é tão importante para todos nós! Ela pode se tornar uma importante ferramenta de conscientização sobre os valores referenciais de Governador Valadares. Iremos iniciar a cartilha com uma breve história da cidade e indicaremos outros trabalhos e sites onde essa história poderá ser aprofundada. Em seguida, responderemos a algumas

perguntas sobre o patrimônio cultural e, por fim, apresentaremos os patrimônios tombados, os bens registrados e inventariados em Governador Valadares, inseridos numa cronologia que considera a data em que foram protegidos.

Enfim, nos sentimos felizes por contribuir com a sociedade valadarenses ao promover o nosso patrimônio cultural. Você e cada um dos moradores estão convidados a assumirem a responsabilidade pelo resguardo da nossa história, pela valorização e preservação dos nossos bens culturais. Antecipadamente agradecemos a sua ajuda, assim como agradecemos o apoio e o incentivo da coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo, professora Ilara Rebeca Duran de Melo, da reitora da Univale professora Lissandra Lopes Coelho Rocha, do Secretário de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo da Prefeitura de Governador Valadares Kevin Nilton Santos Figueiredo e da Gerente do Patrimônio Histórico e do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural Roberta Avelar de Castro.

Governador Valadares, 10 de Junho de 2021

José Bispo Ferreira Filho e Patrícia Falco Genovez

Sumário

Apresentação	9
O Patrimônio Cultural e a história da cidade: conversa com os professores	15
Perguntas que todo mundo faz sobre o Patrimônio Cultural	19
Os bens registrados e tombados em Governador Valadares	25
Os bens registrados	28
Roda de Capoeira	28
Banda de Música da 8ª Região Militar	30
Banda Lira 30 de Janeiro	32
Expoagro GV	34
Os bens tombados	36
Complexo paisagístico do Pico da Ibituruna	36
Complexo do Monumento da Ibituruna	38
Fachada da antiga Cadeia Pública	40
Fachada da Sede dos Correios	42
Açucareira	44
Argola de amarrar solípedes (mulas, burros e cavalos)	46
Maria Fumaça	48
Painel Cubista	50
Mobiliário da Sala do Júri	52
Antigo Templo Presbiteriano	54
Fachada do MIT (Minas Instituto de Tecnologia)	56
Bioquê do Prefeito	58
Escola Estadual Néelson de Sena	60
Teatro Atiaia	62
Praça Aurita Machado	64
Lista dos bens inventariados	67
Para refletir...	81
Referências	87
Sobre os autores	89

Patrimônio Cultural e a história da cidade: conversa com os (as) professores(as)

Educar e, ao mesmo tempo, realçar o traço cultural local nas escolas por meio de um trabalho lúdico, é tarefa inserida dentro do rol de atividades indispensáveis desenvolvidas por aqueles e aquelas que abraçaram o ofício da Educação. Isso se deve ao fato de que é necessário considerar que a salvaguarda da herança preciosa deixada por aqueles que nos antecederam significa cuidar e zelar por este tesouro numa visão de futuro. A todos é facultado defender, como coisa sua, o patrimônio popular representado por monumentos, obras de arte e costumes. É direito de toda criança perguntar muito, perguntar tudo o que possa ajudá-la a desvendar o fascinante mistério do ser e do viver de sua gente e de toda gente. A todo cidadão é assegurado o direito e cobrado o dever de compartilhar da incumbência de proteger, valorizar, divulgar o patrimônio comum da cultura em todas as suas formas de expressão.

A herança do passado se faz presente através do patrimônio preservado. Assim, é oportuno dizer que o tesouro cultural de que desfruta o habitante de Governador Valadares e região, inicia-se com a sedimentação de uma cultura indígena que se espalhou por toda a região. Nela, estavam expressos não só uma língua própria que ganhou contornos específicos em cada grupo étnico, mas outros elementos relativos a práticas culturais, dentre os quais, culinária, artesanato e toponímias que herdamos e se mantêm até os dias atuais. Aliás, ainda temos entre nós comunidades étnicas de povos Krenak, Pataxó e de Maxakali na região de entorno de Governador Valadares. Esse povoamento esparsa teve contato com a cultura ocidental em virtude de lendas sobre essa parte de Minas. O imaginário de que havia um “eldorado” por aqui aguçou os interesses econômicos de grupos de exploradores que buscavam riquezas pelo território sob domínio da Coroa portuguesa. A História da cidade Valadares está entrelaçada à busca de riquezas minerais como ouro, prata e pedras preciosas. Nos séculos XVI e XVII, expedições que saíam de Porto Seguro (BA) e de Vitória (ES), buscavam a Serra das Esmeraldas que, segundo acreditava-se, estava situada no entroncamento das bacias dos rios Jequitinhonha, Doce e Mucuri.

Com a descoberta do ouro, no início do século XVIII na região central de Minas Gerais, a Coroa portuguesa proibiu a navegação dos rios que desciam para o litoral. De 1800 a 1845, a navegação fluvial se tornou o acesso ao mercado mundial por meio do mar, junto com a incorporação do território de floresta e de guerra declarada aos povos indígenas que viviam em toda essa região, em 1808. Eles foram denominados pelos portugueses, de modo pejorativo, como Botocudos, em virtude do uso de adornos nos lábios e orelhas. Mas, não podemos deixar de ressaltar que entre esses povos, eles se denominavam de modo diverso. Por exemplo, os Krenak denominam a si mesmos e os outros

indígenas como Borum que quer dizer ‘gente’; e, para designar os não-índios usam o termo Kraí. Eles não dispunham de escrita e nem usaram de documentos para registrar o que ocorreu nesta região durante a tempo em que vários grupos de Kraí tentavam explorar todas as riquezas existentes por aqui. Mas, um pouco dessa história foi passada para as gerações futuras por meio da tradição oral, isto é, pelas histórias contadas pelos mais velhos. Foram eles os guardiães da tradição Borum e das histórias do extermínio promovido pela guerra declarada pelo Príncipe Regente D. João (futuro rei D. João VI).

A guerra ofensiva aos indígenas compunha o interesse da Coroa pelo povoamento da região e também era uma tentativa de fazer do rio Doce um canal de ligação com um porto de mar. De 1818 a 1829, o território foi ocupado por tropas irregulares denominadas Divisões militares do Rio Doce, formada por militares e homens degredados. Essas tropas davam segurança para o estabelecimento de fazendas, cujas terras foram concedidas pela Coroa. Mas, a região continuava perigosa. Os Boruns defendiam seus territórios e atacavam os Kraí que se apossavam da sua floresta. Além dos ataques Boruns, os degredados também se tornavam perigosos, provocando saques e a formação de bandos.

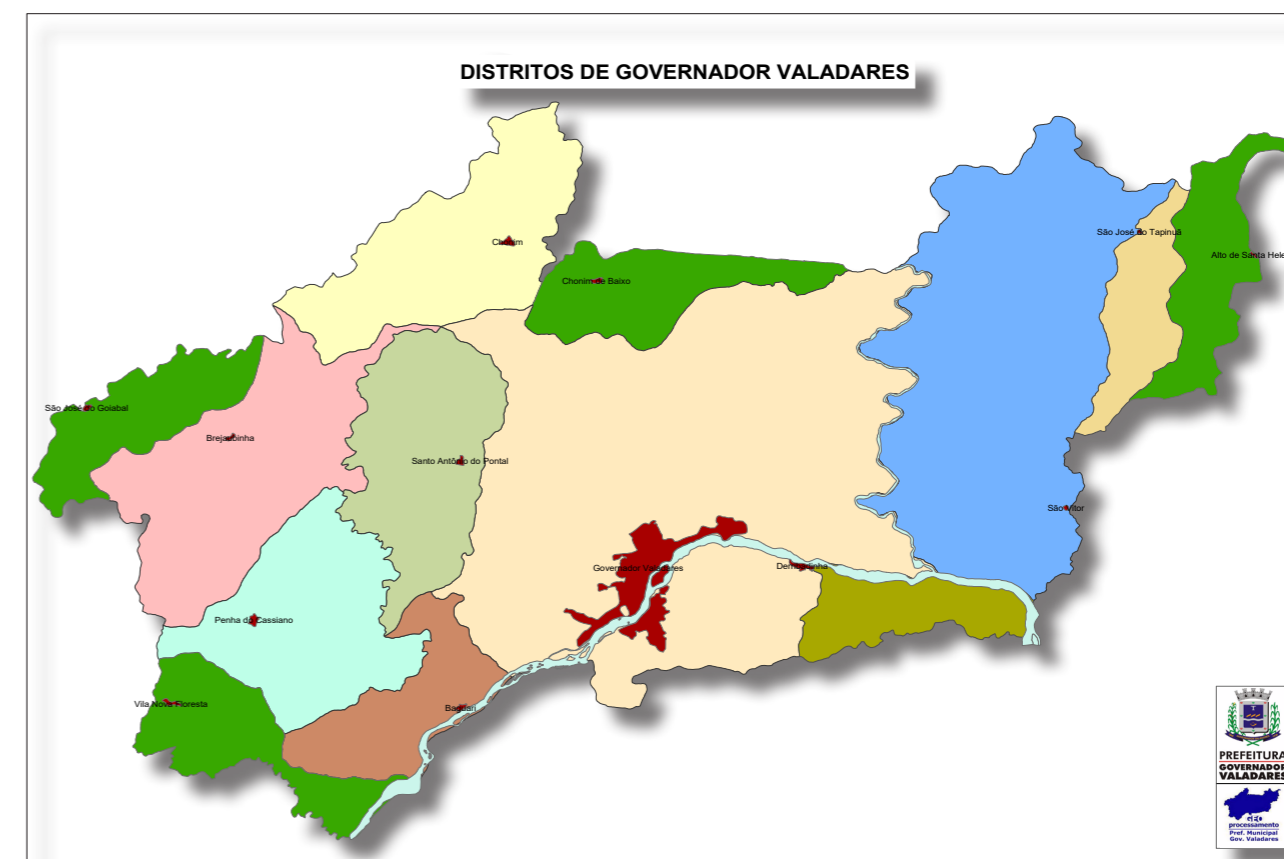
Por essa época, em meio à guerra ofensiva aos “Botocudos”, a cidade se reduzia a uns poucos habitantes esparsos e a instalação de uma Divisão Militar (Quartel) nas imediações e um pequeno porto, denominado Porto de D. Manoel. Mais tarde esse porto passou a ser chamado Porto das Canoas (nome não oficial dado pelos canoieiros) e Santo Antônio do Porto de Figueira respectivamente. O lugarejo, denominado Distrito de Baguari, ficou conhecido como Figueira do Rio Doce (nome não oficial dado pelos viajantes). Foi somente em 1882 que o vilarejo foi denominado Freguesia de Figueira em 1884. A vila se torna Distrito de Figueira, pertencente à Peçanha, em 1923. O município surge em 1937, com a denominação de Figueira e passa a ser denominado Governador Valadares no ano seguinte, em 1938.

O porto foi, sem dúvida, fundamental para o desenvolvimento e crescimento do pequeno vilarejo. Era a partir dele que chegavam mercadorias e pessoas que circulavam pelo rio Doce. O antigo Porto da Figueira (localizado no bairro São Tarcísio) perde sua importância com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Enfim, após um século em meio a saques e ofensivas, o distrito de Figueira, futura cidade de Governador Valadares, estabelece uma estação de trem (inaugurada em 15 de agosto de 1910). Ela se estabelece como um ponto de parada onde acontece a mobilidade física e as interações entre pessoas, localizada nas proximidades da atual Prefeitura Municipal. A margem do rio Doce e as trilhas abertas em picadas de floresta vão dando a tônica dos trajetos e das rugosidades do terreno e, a cidade, desta forma, vai se esboçando para ganhar, enfim, contornos com a construção da estrada de ferro Vitória-Minas, em 1914.

Até a década de 1920 o distrito tem um centro reduzido a duas ruas: a Rua de Cima ou Rua Direita (atual rua Prudente de Moraes) e a Rua de Baixo (rua Sá Carvalho). A população era abastecida, principalmente, por tropeiros vindos de outras partes distantes de Minas. Mas, já estava em curso, desde de 1915, um projeto ousado de urbanização a partir da planta de Olympio de Freitas, posta em prática por Serra Lima. Com o estabelecimento da estação o distrito cresce rápido e se desenvolve a ponto de emancipar-se de Peçanha, em 1937. As décadas de 1940 a 1960 registram um crescimento ainda mais acentuado com o surgimento de vários bairros e a chegada frequentes de levas de imigrantes de diversas partes do país. A urbanização empreendida exige atitudes dramáticas no intuito de conter as inúmeras endemias que assolavam a jovem cidade de Governador Valadares, em especial, a malária e a febre amarela. O crescimento demográfico e a expansão urbana da cidade ocorrem

em sintonia com a diversificação das atividades econômicas, dentre elas: a extração de minérios (dentre eles a mica) e de madeira, a pecuária e, gradativamente, a transformação das fazendas mais próximas ao centro em bairros loteados pela elite local. Após a década de 1960 verifica-se uma certa desaceleração do desenvolvimento tanto da cidade quanto da região. Esse contexto de estagnação nas décadas seguintes agregados a outros fatores desencadeia uma mentalidade pautada na emigração, a princípio para os Estados Unidos e, posteriormente, para outros países como Portugal, Espanha e outros.

Atualmente, conforme dados da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, a cidade possui uma área total de 2.447 km². Além do distrito sede (Governador Valadares) conta com outros 12: Alto Santa Helena, Baguari, Brejaubinha, Xonim, Xonim de Baixo, Derribadinha, Goiabal, Penha do Cassiano, Santo Antônio do Pontal, São José do Itapinoã, São Vítor e Nova Floresta, conforme mapa abaixo.



Mapa Distritos de Governador Valadares - PMGV, 2021.

A população estimada pelo IBGE para 2020 foi de 281.046 habitantes. A cidade continua se destacando como polo regional, especialmente, no setor de serviços, pecuária e mineração. Do ponto de vista hidrográfico, situa-se na Bacia do Rio Doce, tendo como principais rios: Rio Suaçuí Grande, Rio Suaçuí Pequeno, Rio Doce.

Esse processo, sintetizado de forma breve, foi permeado por diferentes grupos sociais que aos poucos passaram a disseminar suas práticas culturais e a compartilhar aspectos comuns que compõem o nosso patrimônio cultural. Desta forma, entender patrimônio material, imaterial e natural como memória cultural cuja preservação consiste, acima de tudo, em desenvolver respeito pela identidade dos povos, é entender que esse patrimônio se constitui em referencial físico, simbólico, afetivo,

que enlaça gerações, transmitindo aos mais novos a experiência e o modo de vida daqueles que os antecederam. Assim, podemos considerar, como já dissemos anteriormente, que a história do patrimônio é a história da construção de identidades e, mais particularmente, de imaginários de autenticidade que podem e devem inspirar políticas patrimoniais. O patrimônio se impõe, desta forma, como um discurso de resistência ao desencantamento do mundo. No Brasil, a partir de experiências regionais, a noção de patrimônio natural como conquista da sociedade, está imersa nas práticas sociais e na memória coletiva. O patrimônio é, assim como o espaço, uma construção social, carregando inegavelmente aspectos culturais do indivíduo dentro do cenário social e sua identidade a partir da interiorização de uma tradição. O sentimento de pertencer a uma cidade se traduz nas formas particulares de percepção, nas múltiplas experiências e na relação de valorização de seus objetos históricos, ambientais e estéticos. Como sabemos, não basta declarar público um patrimônio para garantir os efeitos de seu valor social. O valor social, portanto, não é decretado, mas depende dos mecanismos de apropriação ou, em outras palavras, de que maneira os grupos sociais o investem de sentido.

Perguntas que todo mundo faz sobre o Patrimônio Cultural

O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL?

As práticas culturais e identitárias de um povo são passadas de geração em geração, como uma herança. Essas práticas culturais envolvem tanto os elementos imateriais como as diferentes formas de criar, fazer, viver e expressar-se; como os elementos materiais: objetos, documentos e edificações, por exemplo.

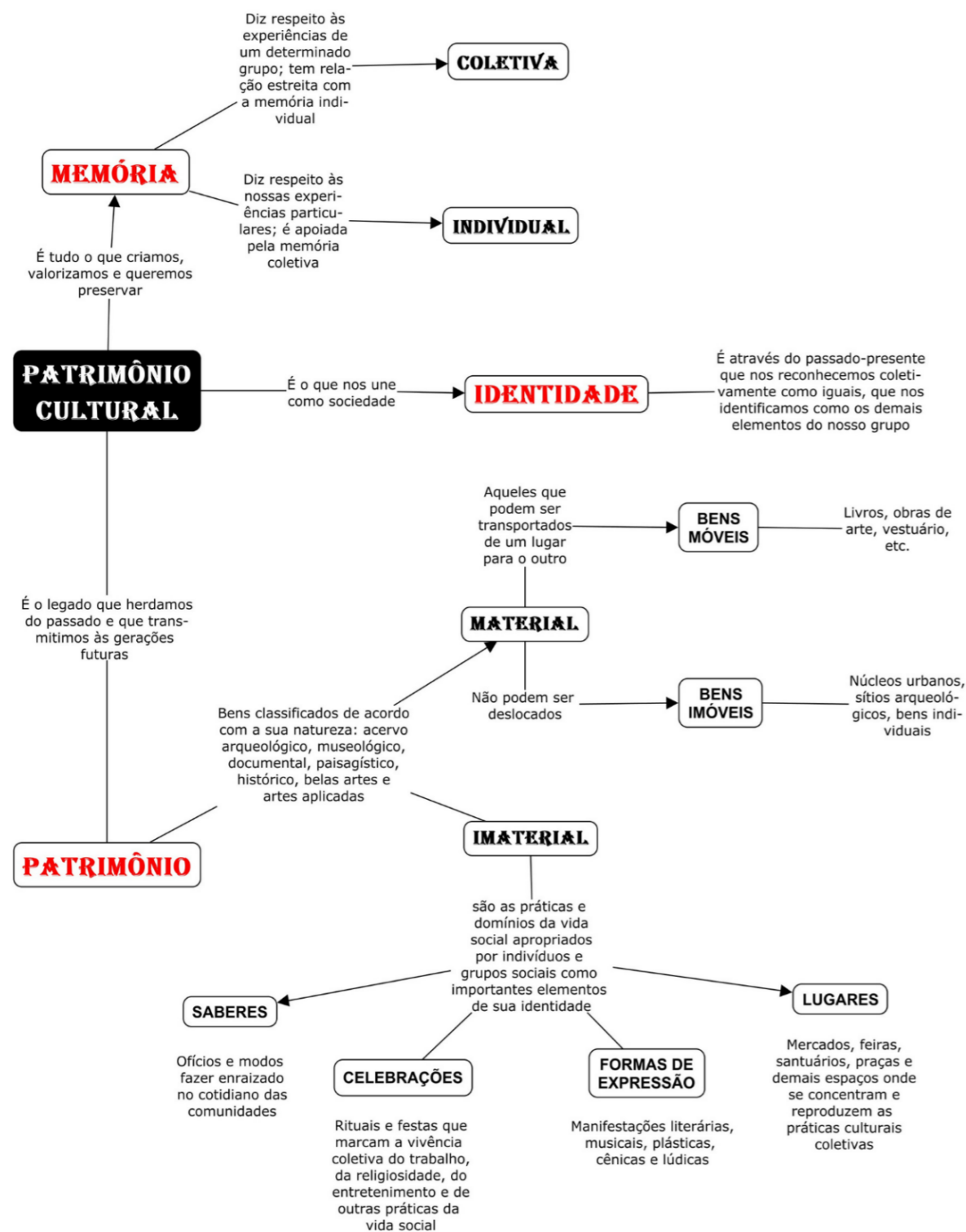
O Patrimônio Cultural é aquela parte dessa herança que será preservada por lei, conforme o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Essa herança, que se torna nosso Patrimônio, pode ser material (composto por bens móveis e imóveis) e imaterial (compreendendo as nossas práticas sociais e culturais: saberes, formas de expressão, celebrações e lugares).

Por fim, é importante ressaltar que o resguardo do Patrimônio Cultural, por meio do tombamento, garante a preservação da memória dos diversos grupos sociais e de suas identidades. Assim, o Patrimônio Cultural diz respeito à memória coletiva e individual e atua como uma espécie de cimento que une um determinado grupo social.

Vamos entender melhor tudo isso no mapa conceitual disponível na próxima página.



MAPA CONCEITUAL - PATRIMÔNIO CULTURAL



O QUE É TOMBAMENTO?

Essa palavra é bem antiga e está relacionada a Portugal, nos tempos da colonização. No século XIV, o Castelo de São Jorge possuía uma muralha que servia de proteção para a cidade de Lisboa. Nesse castelo tinha uma torre que guardava os registros importantes do governo português. Os registros eram feitos em livros grandes que, naquela época, eram denominados livros de tomo, ou seja, livros de registros. Tombamento, portanto, significa registrar em um livro que um determinado bem está sendo resguardado.

O registro de um bem como Patrimônio Cultural é garantido por lei pelo poder executivo nas esferas federal, estadual e municipal. Na esfera federal o tombamento pode ocorrer em cumprimento ao Decreto-Lei n. 25 de 20 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal (tanto do Brasil quanto das Américas) criado para proteger nosso Patrimônio Cultural. Nas esferas estadual e municipal é preciso existir entidades (por exemplo, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e Conselho Municipal do Patrimônio Cultural) e leis específicas que reconheçam a necessidade de tombamento do bem. No caso de um tombamento no nível estadual, é o governador quem confirma todo o processo, assinando a lei que declara um bem material tombado. Se o tombamento for municipal, quem confirma e assina a lei é o prefeito. Realçamos que no caso dos bens imateriais não há tombamento, mas registro.

QUER DIZER QUE VÁRIAS ENTIDADES PODEM PROTEGER NOSSO PATRIMÔNIO?

Sim. Um mesmo bem pode ser protegido por entidades em vários níveis, seja nas esferas municipal (Conselho do Patrimônio), estadual (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG) ou federal (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – IPHAN). Alguns bens, devido a sua importância e valor excepcional, podem ser protegidos até por órgãos internacionais (UNESCO) e se tornam Patrimônio da Humanidade.

VOCÊ SABIA QUE TODO MUNICÍPIO BRASILEIRO PODE TER UM CONSELHO DO PATRIMÔNIO?

Esse Conselho do Patrimônio, que atua na esfera municipal, é formado por várias pessoas que representam os mais variados grupos sociais, envolvendo tanto pessoas que ocupam cargos no poder público quanto pessoas dos diversos segmentos da sociedade. Uma vez criado, o conselho integra a estrutura pública, podendo estar vinculado à Secretaria de Cultural ou Educação, de acordo com a organização das secretarias municipais. Sua função é proteger o Patrimônio Cultural do município por meio da identificação, preservação e promoção dos bens materiais e imateriais.

QUAIS TIPOS DE BENS DEVEM SER TOMBADOS?

Muitas pessoas acham que somente aqueles bens materiais monumentais devem ser tombados. Mas, isso é um grande engano. Pensar assim é reforçar a ideia de que somente pessoas importantes e lugares ou objetos monumentais possuem história e memória. O tombamento deve ser definido a partir de critérios previstos na legislação local/estadual/federal e deve contemplar os bens que são referências para os mais diversos grupos sociais.

QUEM ESCOLHE O BEM QUE SERÁ TOMBADO?

Essa tarefa é de todos! O tombamento pode ser indicado a partir de um inventário elaborado pelo conselho do patrimônio local, mas também pode ser solicitado por membros da comunidade ou por especialistas. O mais importante nessa definição do bem que será tombado é levar em conta a sua relevância para a história e para a memória local e o quanto ele representa para a preservação da identidade e da cultura cotidiana do lugar. Em resumo, a indicação e a solicitação de um tombamento podem ser feitas pela comunidade, pelo proprietário do imóvel, por entidades da sociedade civil (ONGs) e pelo conselho do patrimônio local.

MAS, VOCÊ SABE O QUE É UM INVENTÁRIO?

O inventário é uma espécie de levantamento. Esse levantamento dos bens culturais (materiais e imateriais) de um município deve conter aquelas referências que possuem importância e significado para a população. Portanto, um bem pode ser inventariado quando um determinado grupo o considera significativo do ponto de vista da sua memória e da sua identidade. O inventário pode conter, por exemplo, bens como obras de arte, edificações com estilos ou elementos arquitetônicos que remetem a um determinado período da constituição do município, lugares ou espaços com elementos atrativos para a prática do turismo, lugares ou documentos com valor histórico, uma paisagem ou, até mesmo, um objeto ou um lugar que tenham importância arqueológica. Neste último caso, estamos nos referindo àqueles objetos que foram produzidos por grupos muito antigos e são recuperados por meio de escavações.

MAS, UMA VEZ DEFINIDO O TOMBAMENTO (OU O REGISTRO) COMO SE DÁ TODO O PROCESSO?

O primeiro passo para um bem ser tombado deve ser dado pela própria comunidade ao reconhecê-lo em sua importância. A consciência de que um bem material ou imaterial tem uma importância identitária, histórica, memorial e afetiva para um determinado grupo é fundamental para o processo de tombamento/registro. Se a comunidade não fizer a indicação, outros setores, agentes públicos ou até mesmo um cidadão pode fazer, como indicamos acima.

A indicação pode ser feita enviando-se uma solicitação por escrito ao conselho local, contendo informações básicas do bem (endereço onde está localizado, uma imagem/foto, um breve histórico e a motivação para o seu tombamento/registro). Uma vez feita a indicação, o conselho local abre um processo e os conselheiros, em reunião, decidem se a indicação de fato remete a bem com significação para a memória e a história local. Se os votos dos conselheiros forem favoráveis, inicia-se um Estudo de Tombamento/Registro. Se o bem for material e estiver sujeito a tombamento, o proprietário é notificado pelo conselho local; se for um bem imaterial, como no caso de uma festa, por exemplo, o grupo organizador é consultado sobre o registro. Feito o Estudo de Tombamento/Registro o passo seguinte é solicitado que um conselheiro faça uma análise do material levantado e elabore um parecer. Em alguns casos, o gerente do patrimônio (pessoa que coordena o conselho local) pode solicitar mais um parecer, envolvendo outros conselheiros com o intuito de dar mais informações e consistência para a votação final sobre o tombamento/registro. Se for aprovado o tombamento, o passo seguinte é a elaboração da Lei de Tombamento. Posteriormente, o gerente do patrimônio deve inscrever o bem no Livro de Tombamento. No caso de um bem imaterial, ele deve apenas ser registrado no livro específico, não há uma lei de tombamento. Entretanto,

se a votação final do conselho for pela não aprovação do tombamento/registro, o processo é arquivado.

MAS, VOCÊ CONHECE OS LIVROS DE REGISTRO DO NOSSO PATRIMÔNIO IMATERIAL?

Antes de apresentarmos os livros de registro é importante realçar que os bens imateriais foram previstos na Constituição Federal de 1988, mas o modo de registrá-los só foi definido pelo Decreto nº 3551, no ano 2000. Antes da Constituição de 1988 os bens tombados tinham uma natureza material (móvel ou imóvel). O reconhecimento do nosso patrimônio imaterial está relacionado à valorização da cultura brasileira. Os bens imateriais devem ser registrados nos Livros de Registro, conforme sua categoria: Saberes, Lugares, Celebrações e Formas de Expressão. Para fazer esse registro é importante ter uma descrição do bem e a justificativa de sua importância, além de anexar uma declaração de algum responsável, representante ou membro da comunidade que produz o bem demonstrando interesse e concordando com o registro.

DEPOIS DO TOMBAMENTO QUEM FAZ A MANUTENÇÃO, CUIDA E DEFENDE O PATRIMÔNIO LOCAL?

A defesa do patrimônio deve ser feita por toda a comunidade por meio de mobilização e participação no conselho local. É a comunidade que deve se organizar para garantir a preservação e a fiscalização dos bens tombados. Por isso, ela deve estar sempre alerta para qualquer sinal de alteração de um bem ou mesmo para um caso de destruição. Nestas situações, o cidadão deve comunicar a destruição ou o abandono do bem à gerência do patrimônio, cujo papel é de fiscalização. Se o bem precisar de algum reparo, a responsabilidade é dividida entre o proprietário e o Estado em suas diferentes esferas municipal, estadual ou federal. Essa responsabilidade é compartilhada porque a manutenção dos bens tombados é sempre muito cara e o proprietário nem sempre tem condições de assumir sozinho o custo de um procedimento adequado de restauro ou até mesmo um simples reparo. Além da pressão e do envolvimento da comunidade, a preservação do patrimônio também deve ser feita por meio da legislação municipal, dentre elas, destacamos o Plano Diretor, o Código de Obras e a Lei de Zoneamento.

Os bens registrados e tombados em Governador Valadares

Os bens registrados

- Roda de Capoeira - As rodas ocorrem em 15 bairros da cidade.
- Banda de Música da 8ª Região Militar - Rua Marechal Floriano, nº 2.441 – Bairro de Lourdes
- Banda Lira 30 de Janeiro - Rua Marechal Deodoro, 748 – Centro
- Expoagro GV - Rua João Dias Duarte , 1450 – Bairro São Paulo

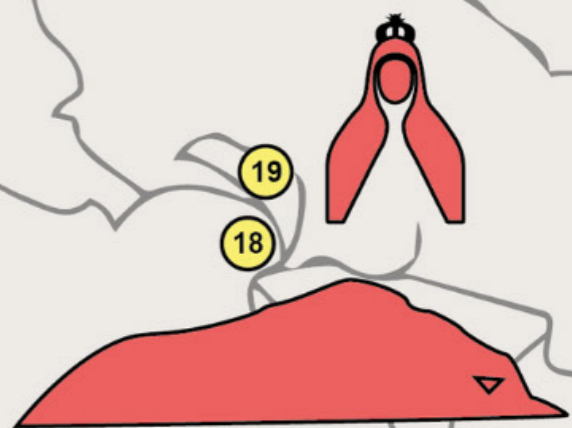
Os bens tombados

- Conjunto Paisagístico do Pico da Ibituruna - Estrada Pico da Ibituruna
- Complexo do Monumento da Ibituruna - Alto do Pico da Ibituruna
- Fachada da antiga Cadeia Pública - Centro Cultural Nelson Mandela - Rua Afonso Pena, 3260 - Centro
- Fachada da Sede dos Correios - Avenida Minas Gerais – Centro
- Açucareira - Rua Israel Pinheiro – Universitário
- Argola de amarrar solípedes (mulas, burros e cavalos) - Museu da Cidade - Rua Prudente de Moraes - Centro
- Maria Fumaça - Praça João Paulo Pinheiro – Centro
- Painel Cubista - Centro Cultural Nelson Mandela - Rua Afonso Pena, 3260 - Centro
- Mobiliário da Sala do Júri - Praça do Vigésimo – Fórum – Centro
- Antigo Templo Presbiteriano - Rua Prudente de Moraes – Centro
- Fachada do MIT (Minas Instituto de Tecnologia) - Rua Juiz de Paz José de Lemos, nº 695 – Vila Bretas
- Bioquê do Prefeito - Beco Cruzeiro – Carapina
- Fachada da Escola Estadual Professor Néelson de Sena - Rua Barão do Rio Branco, nº 362- Centro
- Teatro Atiaia - Rua Marechal Floriano nº 514 - Centro
- Praça Aurita Machado - Rua Marechal Floriano com Tiradentes- Centro

MAPA - LOCALIZAÇÃO DE BENS TOMBADOS E REGISTRADOS EM GOVERNADOR VALADARES



- LEGENDA**
- Patrimônio material ● Patrimônio imaterial
1. Compainha Açucareira Rio Doce (CARDÓ)
 2. Bioquê do Prefeito
 3. Maria-Fumaça da Praça da Estação
 4. Fachada da Escola Estadual Professor Nelson de Sena
 5. Praça Aurita Franco Machado
 6. Teatro Atiaia
 7. Antigo Templo Presbiteriano
 8. Argola de Amarrar Solípedes
 9. Antigo Mobiliário da Sala do Tribunal do Júri
 10. Fachada da Sede dos Correios
 11. Roda de Capoeira
 12. Painel Cubista
 13. Banda Lira 30 de Janeiro
 14. Fachada da Antiga Cadeia Pública
 15. Banda de Música da 8ª Região da Polícia Militar
 16. Fachada MIT – Minas Instituto de Tecnologia
 17. Expoagro GV
 18. Conjunto Paisagístico Pico do Ibituruna
 19. Complexo Monumento do Ibituruna – Santa do Ibituruna/Capela Pedestal



Bens Registrados

Roda de Capoeira

De acordo com informações do Mestre Catatau: a capoeira praticada em Governador Valadares é “fruto de um trabalho iniciado na Década de 70, através dos primeiros Mestre de Capoeira que aqui chegaram, como Mestre Gal e Mestres Macaco e Santana, da Associação de Capoeira Senhor do Bomfim. Hoje, como Patrimônio Histórico de nossa cidade, a roda de capoeira e o ofício de mestre - inscrita no livro de registro das formas de expressão, em 2008 - é um elemento estruturante de uma manifestação cultural, espaço e tempo, onde se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana, recriados no Brasil. A capoeira se tornou a quinta manifestação cultural brasileira reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Esse título deve ajudar a preservar a prática não só no Brasil, mas também no mundo.

Em Governador Valadares, existem várias manifestações de grupos variados, ativos: A) Associação de Capoeira Fraternidade: Grupo Formal, com atividade atual na Praça da Maçonaria, na Ilha dos Araújos. Trata-se de um trabalho voluntário e gratuito, realizado por Thiago Lot Cruz – Instrutor Cabe-



leira e Mestre Catatau. B) Associação de Capoeira Raiz do Brasil: Grupo Formal, com atividade no Morro do Carapina (Associação de Bairros – Ponto de Cultura), Morro do Querosene (Quadra perto da Creche), Escola Estadual Júlio Soares (Bairro São Pedro), Escola John Wesley (Bairro Jardim Pérola), Conjunto SIR, Associação de Moradores do Santa Paula. Um trabalho desenvolvido pelo Mestre Cotta e alunos. C) Mestre Tetê, Associação de Capoeira Escola: Grupo informal, com trabalho no Colégio Imaculada, Instituto Nosso Lar (Turmalina), Academia Movie Bairro Esplanada e Escolas do estado (Rotativo). D) Associação de Capoeira Regional Beriba Minas: Grupo formal, com atividade no bairro São Paulo, Rua Dona Zulmira Pereira, 969. Trabalho realizado pelo Professor Dengue (Wellington Gomes Emídio) e a Monitora Fabiany Loche. E) Grupo de Capoeira Raça de Minas: Grupo Informal, com atividade na Avenida Dilermando de Melo, 490, Bairro Fraternidade; na Comunidade São Tiago, Rua Sapucaia 66, Bairro Jardim Ipê; na Comunidade Santa Luzia, Bairro São Raimundo, na Quadra do Corpo de Bombeiros Rua Ametista. Trabalho realizado pelo Professor Zumbi (Adriano da Silva Santos). F) Grupo de Capoeira Tribal: Grupo formal, com trabalho no Centro e bairros - Grupo Bairro Santa Rita (Rua Cícero Siqueira 290 – Quadra José Ângelo de Marcos, com o Professor Dalua), GGN (Rua Carlos Chagas 66 no Bairro Santa Helena, com o Professor DeNoite), na Praça de Esportes (com o Professor Jabari), na Rua Coqueiral (em Frente à Merceria Coqueiral, em espaço aberto, no Bairro Turmalina, com o professor Nagô). A direção do grupo é dos Professores DeNoite (Wedson dos Santos Umbelino) e Jabari (Marcos Ribeiros). Os Mestres de Capoeira que estão na ativa em Valadares são: Mestre Catatau, Mestre Cotta, Mestre Tetê, Mestre Donizete, Mestre Dida, Mestre Tadeu, Mestre Lencinho.” Esse bem imaterial foi registrado em 2008.



Banda de Música da 8ª Região Militar

A Banda de Música da 8ª Região Militar de Governador Valadares, também conhecida como Banda do Sexto Batalhão se localiza no bairro de Lourdes, em Governador Valadares. De acordo com a PMGV, “A Banda de Música da PM foi criada em 1931, junto com o 6º Batalhão (que ficava, então, na capital mineira). Entre outras funções, tinha a incumbência de executar as cerimônias de honras militares nas recepções às autoridades civis e militares federais e estaduais, de nosso país e do exterior. Também brilhava nas paradas de Sete de Setembro em Belo Horizonte.”

Conforme informação da Assessoria de Comunicação do Batalhão, em 1952, o 6º Batalhão foi transferido de Belo Horizonte para Governador Valadares e com ele veio a Banda de Música, que desde então se inseriu nos mais importantes eventos do leste mineiro. Desde a sua transferência para Governador Valadares, a Banda de Música da 8ª RPM vem fazendo diversas apresentações em entidades como: Creches, asilos, hospitais, escolas, além de solenidades civis e militares, tanto no município de Valadares como também nos municípios vizinhos que pertencem a 8ª Região de Polícia Militar.



Banda de Música da 8ª Região Militar, 2018
Prefeitura Municipal de Governador Valadares

Sob a premissa de que “SEGURANÇA PÚBLICA TAMBÉM SE FAZ COM MÚSICA”, a Banda de Música vem empenhando-se em projetos sociais como: 1) Projeto Cantando a Liberdade: Implantado em 2015 com o escopo principal da ressocialização das recuperandas da APAC/GV; 2) Projeto Ritmo da Paz: Agregado aos trabalhos da Banda da 8ª RPM/CAA-8 desde março de 2012, contribui para o desenvolvimento pessoal e social de crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social; 3) Projeto Luz do Morro: Em parceria com o MP e Grupo ITAKA Escolápios, integrantes da desta agremiação estão presentes às 2ª e 6ª Feira no Morro do Querosene, em Gov. Valadares, ensinando Música e Cidadania às crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Esse bem imaterial foi registrado em 19 de junho de 2018.



Apresentação da Banda de Música da 8ª Região Militar, 2018
Facebook Polícia Militar de MG,

Banda Lira 30 de Janeiro

Conforme o Inventário de Referências Culturais de Governador Valadares, “a Banda foi registrada em 1942, mas iniciou suas atividades antes mesmo da emancipação da cidade, em 1938, quando um grupo de amigos fizeram uma campanha para adquirir instrumentos. A pequena banda ficou conhecida como “Furiosa”. A constituição de uma banda local era uma das exigências da época para concretizar a emancipação municipal. A Banda teve como regentes os senhores João Lucas e Munir dos Santos Germano. Trata-se, portanto, de uma das mais tradicionais associações culturais de Governador Valadares que sempre esteve presente em festas religiosas, cívicas e populares da cidade e região. Ao longo de sua existência a Lira manteve a oferta de aulas gratuitas de música para a população. Atualmente, a Lira encontra-se estabelecida no bairro Centro, em Governador Valadares.” Esse bem imaterial foi registrado em 2019.



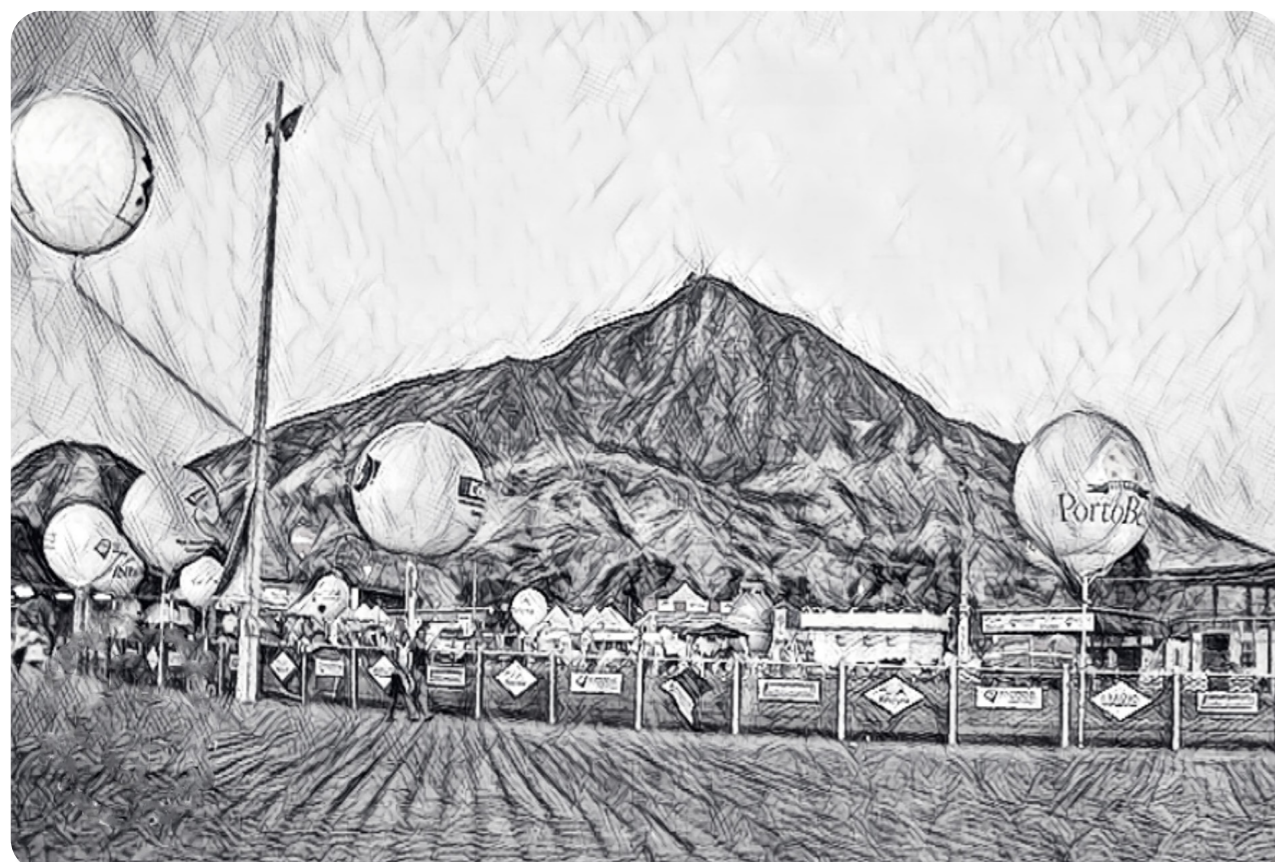
Apresentação da Banda Lira 30 de Janeiro, 2019
O Olhar



Fundadores da Banda Lira 30 de Janeiro: Tubistas
Sr. José Marinho de Moura e Sr. Vicente de Paula
- Família Lana - 2021

Expoagro GV

Conforme indicado no Inventário de Referências Culturais de Governador Valadares, “a Expoagro GV é um evento que traz em sua essência a vocação agropecuária que marca a região. O destaque inicialmente era a exposição de animais e produtos agrícolas. A primeira edição ocorreu em 1969, na fazenda do produtor rural Jother Peres, no bairro São Paulo. A segunda edição ocorreu somente em 1971 com o apoio da União Ruralista Rio Doce. Gradativamente, o evento foi tomando proporções maiores e passou a ser realizada no atual Parque de Exposições José Tavares Pereira. O evento ocorre uma vez por ano, no mês de julho, e tem duração de 3 a 10 dias. Devido à tradição, a Expoagro é considerada a melhor festa do interior de Minas, atraindo um grande número de pessoas para suas diversas atrações: missa sertaneja, exposição de animais e de produtos agrícolas, concursos leiteiros, rodeios, vaquejada, leilões, parque de diversões, barracas com comidas típicas e shows com artistas nacionais. Além das atrações o evento se tornou uma referência no segmento de feiras de agronegócio, favorecendo interação entre a classe de produtores rurais para o aprimoramento do setor e reforçando os elementos culturais de uma sociedade que, apesar de imersa num ambiente urbano, mantém práticas cotidianas vinculadas ao campo”. Esse bem imaterial foi registrado em 2019.



EMATER, 2008



1ª Expoagro de GV (fazenda Jother Peres) - Da esquerda para a direita: Antônio Carlos, Diógenes José de Magalhães, Adriano Eduardo de Magalhães e Wilson Faria Rodrigues, em 02/06/1968. Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares

Bens Tombados

CONJUNTO PAISAGÍSTICO PICO DA IBITURUNA (Tombamento Estadual e Municipal)

Conforme as indicações do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Governador Valadares (CDPC-GV), o nome dado ao pico tem origem Tupi-Guarani e significa Serra Negra ou Pedra Negra. No aspecto geológico, o pico faz parte de uma cadeia de montanhas localizada numa suíte granítica gerada no evento deformacional brasileiro ocorrido entre 630 e 500 milhões de anos atrás. Por isso, a região apresenta uma considerável variedade de pedras preciosas e semipreciosas, como esmeraldas, águas-marinhas, morganitas, turmalinas, topázios, Kunzitas, andaluzitas, brasilianitas, alexandritas e crisoberilos; além da abundância de quartzo. Todas essas pedras possuem em sua composição mica e quartzo-muscovita xisto e outros tipos de quartzo. Esses minerais existentes em abundância na região deram origem à extração da mica e da malacacheta, lançando o município de Governador Valadares no cenário internacional entre as décadas de 1940 e 1960. Esses minerais foram importantes para a industrialização de instrumentos de precisão, especialmente durante a Segunda Grande Guerra Mundial. Posteriormente, iniciou-se o comércio de pedras preciosas e semipreciosas com uma ampla atividade de garimpo e de lapidação, expresso em feiras que ocorrem na cidade e região. Especificamente a pedra da Ibituruna foi formada entre 650 e 450 milhões de anos.

Desde 1992 o Pico da Ibituruna é considerado Área de Proteção Ambiental (APA). Nele, são encontrados remanescentes da Mata Atlântica, mananciais de água cristalina, fauna e flora ricas e bem diversificadas. Na sua região foram catalogadas mais de 240 espécies de plantas e vários animais, alguns ameaçados de extinção, como a jaguatirica e o gato-do-mato. O Pico foi tombado como Patrimônio Paisagístico Estadual pela Constituição de 1989, artigo 84. Seu tombamento foi referendado pelo município através do Decreto N. 7.669, de 15 de abril de 2003. O Conjunto Paisagístico foi tombado pelo município de Governador Valadares, por sua singular beleza natural e paisagística.



Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares - 2021



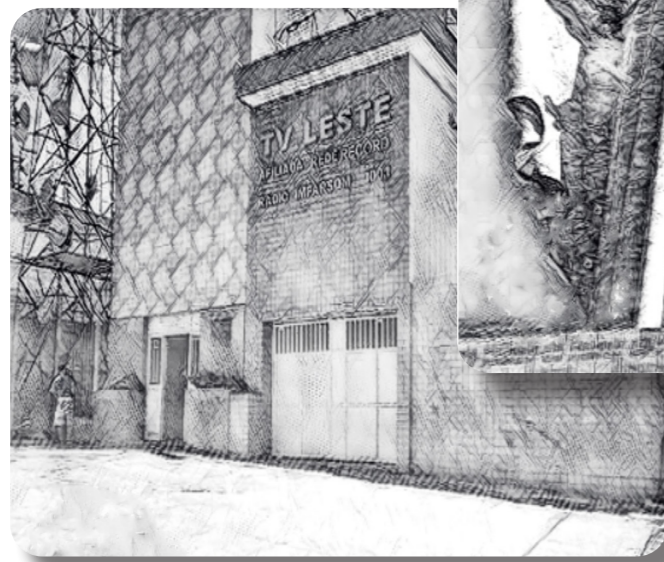
Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares - 2021

Complexo do Monumento da Ibituruna (Tombamento Municipal)

De acordo com o CDPC-GV, o Complexo do monumento da Ibituruna é formado pela imagem de Nossa Senhora das Graças (bem móvel), do seu pedestal onde existe uma capela (bem imóvel) e da Area de Proteção Ambiental que forma o conjunto paisagístico. A imagem de Nossa Senhora das Graças foi confeccionada na cidade de Campinas-SP, toda em concreto, medindo 13 metros de altura e pesando 42 toneladas. Em 1962, a imagem, que representa a Virgem Maria, começou a ser transportada até o cume do Pico, em quatro partes, montadas com grande dificuldade. A inauguração e bênção ocorreu em 27 de janeiro de 1963. Por ocasião do seu 50º aniversário, em 27 de janeiro de 2013, a imagem foi completamente restaurada. O monumento, carinhosamente chamado pela população de “Santa do Ibituruna”, foi tombado pelo Decreto N. 7.671, de 15 de abril de 2003, por seu valor a esta comunidade.



Pico da Ibituruna - vista aérea, 2014
Museu da Cidade



Fachada da antiga Cadeia Pública

Conforme as informações cedidas pelo CDPC-GV, a antiga Cadeia Pública de Governador Valadares foi construída logo após a emancipação da cidade, em 1938, sob a responsabilidade do Engenheiro e Topógrafo Guilherme Giesbrecht, inaugurada em 1942. De estilo eclético, a edificação lembrava um castelo, com seus muros dentados e torrões. O prédio foi utilizado como cadeia até 1996, quando foi desativado, dando início a um audacioso projeto para transformação do local na sede da Biblioteca Municipal, inaugurada em 2013. As fachadas (bem imóvel) foram tombadas pelo Decreto N. 7.673, de 15 de abril de 2003.



Fachada original da antiga Cadeia Pública
Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares - 2014



Fachada atual da antiga Cadeia Pública
Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares - 2021

Fachada da Sede dos Correios

As “Fachadas da Antiga Sede dos Correios e Telégrafos”, de acordo com o CDPC-GV, apresentam linhas clássicas que mesclam algumas influências arquitetônicas e lhe conferem um estilo proto-modernista. O aspecto singular desta construção se destaca na arquitetura urbana de Governador Valadares. O edifício foi erguido sobre um terreno doado pelo município e inaugurado no dia 11 de março de 1967, sendo a principal agência dos Correios da cidade até os dias atuais. Este bem imóvel foi tombado pelo Decreto N. 7.672, de 15 de abril de 2003.



Fachada dos Correios - década de 1970
Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares - 2014

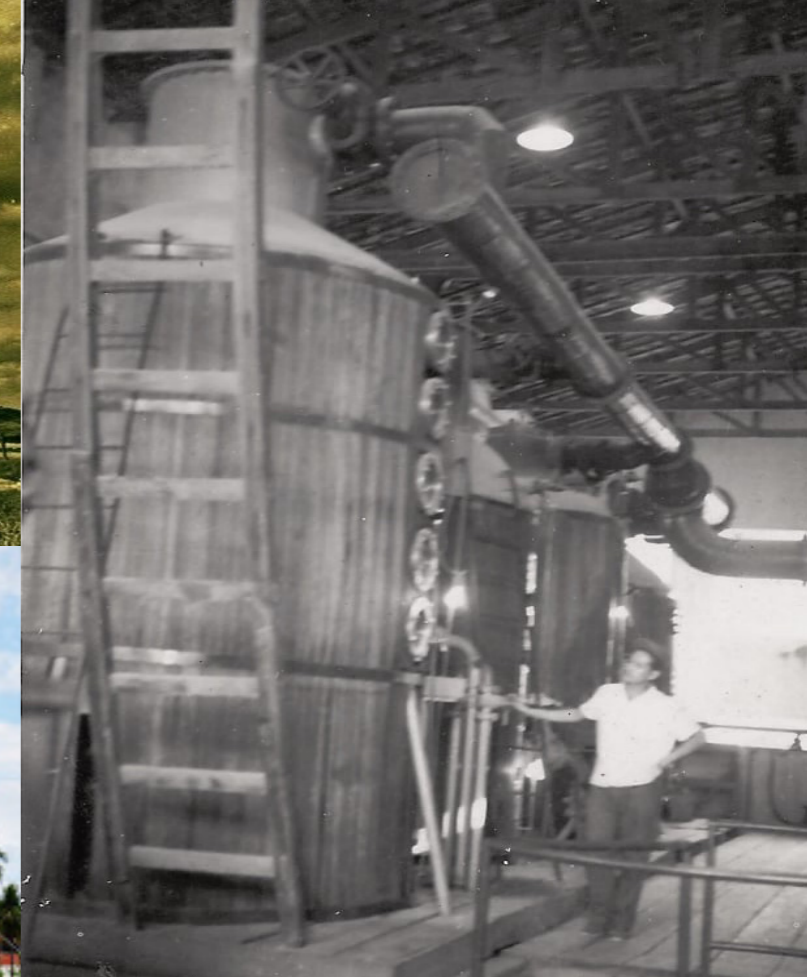


Fachada dos Correios - década de 1970 e 2016
Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares - 2020/2016

Açucareira

(Companhia Açucareira Rio Doce - CARDO)

O Prédio da antiga Companhia Açucareira Rio Doce (CARDO), denominado popularmente de Açucareira, teve sua produção efetivada em 1948. Segundo dados disponibilizados pelo CDPC-GV, a CARDO ocupava uma área de 2,8 mil m², possuía mais de 85 alqueires de plantação de cana-de-açúcar, e um espaço reservado para o conjunto residencial dos funcionários. A produção de açúcar chegava a 300 toneladas por alqueire, o que totalizava 25,5 mil toneladas ou 600 sacas por dia. Produzia também 10 mil litros de álcool diariamente. Todo o produto da cana era aproveitado: as folhas, como combustível para as caldeiras; as cinzas, na produção de adubo; e as sobras de massa cozida ajudavam nos processos de fermentação. Em 1963, a companhia foi desativada e seus equipamentos foram levados para a cidade de Penápolis-SP, deixando o prédio em abandono. A partir dos anos 90 teve início um movimento em prol da transformação do local num centro cultural. Este bem imóvel foi tombado pelo Decreto N.º. 7.664, de 15 de abril de 2003.



Açucareira - décadas de 1950 e 1960 (partes externas e internas)
Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares e Leonardo Moraes (Blog)



Açucareira - Construção (1949)
Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares



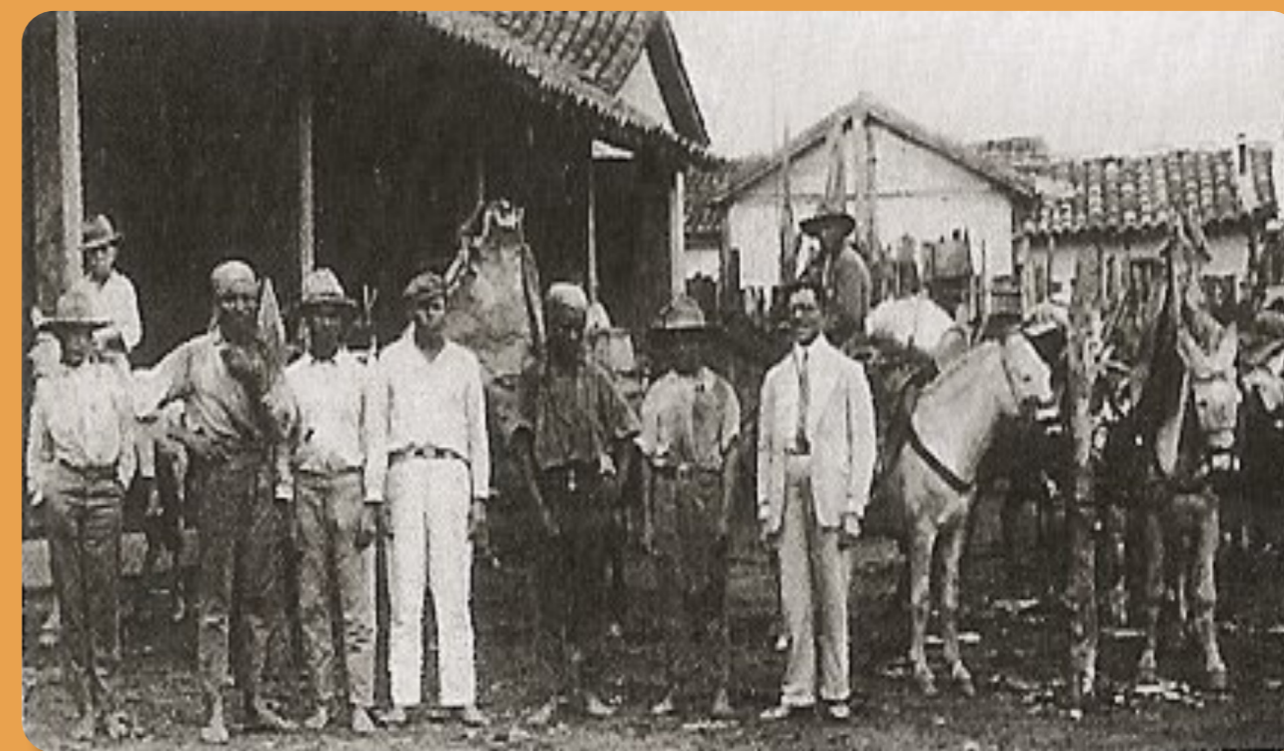
Açucareira - ruína (2019)
Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares

Argola de amarrar solípedes (mulas, burros e cavalos)

Argolas originalmente chumbadas no chão, próprias para amarrar animais de carga, quando os principais meios de transporte eram cavalos e burros, essas argolas eram muito comuns em vilas e cidades, conforme informações do CDPC-GV. É o único exemplar do final do século 19 ainda existente na cidade e remete ao tempo dos tropeiros que passaram por Governador Valadares. A argola foi retirada do seu local original e se encontra em exposição no Museu da Cidade. Esse bem móvel foi tombado em 2003.



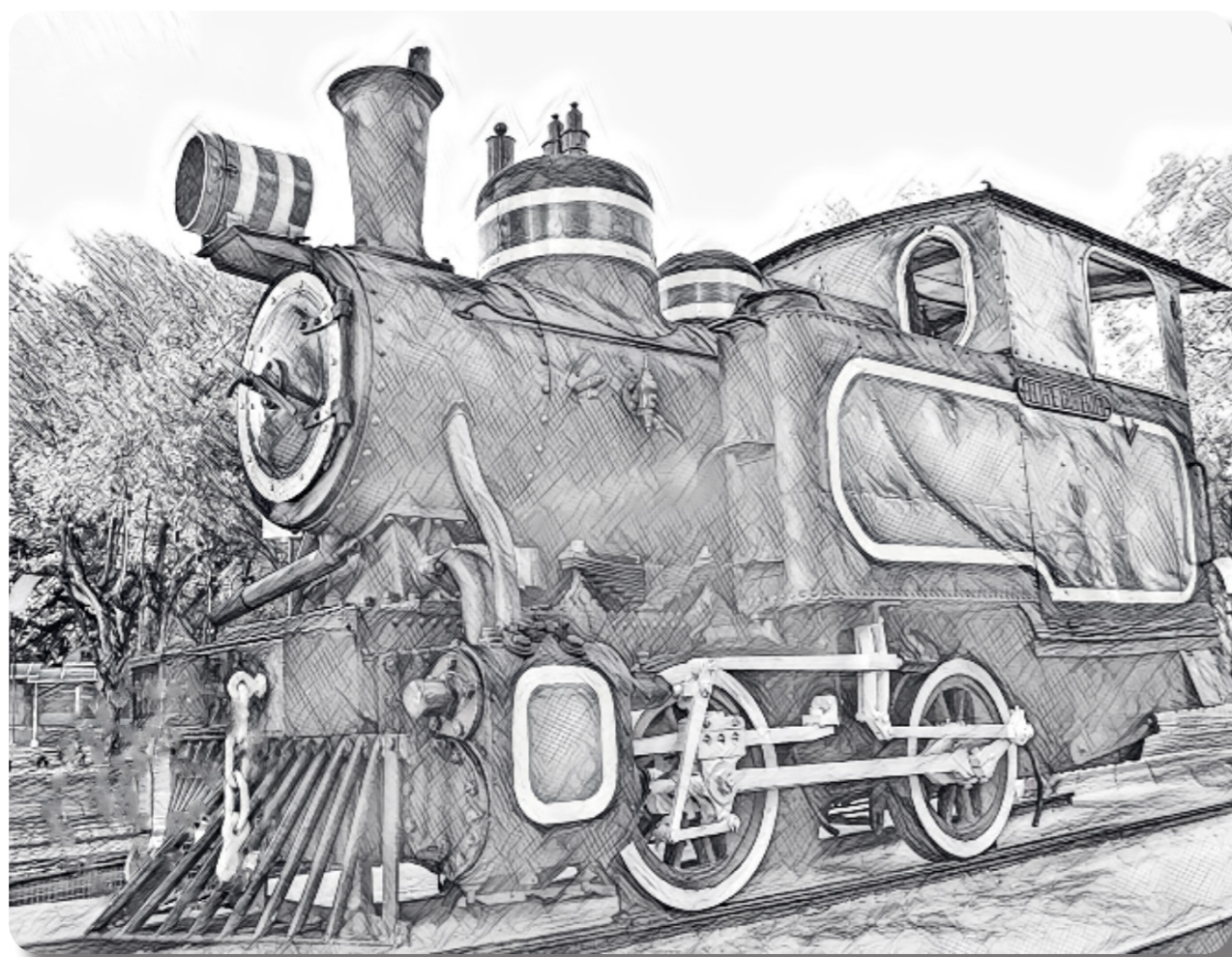
Argola de amarrar solípedes
Patrimônio de Governador Valadares - 2012



Tropeiros de Leonardo Christino (terno branco) - 1928
Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares (2014)

Maria Fumaça

De acordo com o CDPC-GV, a “Maria-Fumaça da Praça da Estação” foi fabricada em Dusseldorf, na Alemanha, no ano de 1925, pela empresa Rheinmetall, e batizada de “Felippe Carpenter” em homenagem ao 1º Chefe de Tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas, falecido em 1911. Era uma das locomotivas que percorriam os trilhos da estrada de ferro durante a sua construção, entre os anos de 1930 e 1940, transportando materiais e operários passando pelo distrito de Figueira do Rio Doce (atual Governador Valadares). Desde a década de 1960, ornamenta a Praça da Estação. De propriedade da Vale, a locomotiva foi doada ao Município de Governador Valadares nos anos de 1980. Bem tombado pelo Decreto N.º. 7.666, de 15 de abril de 2003.



Painel Cubista

O painel pictórico, do estilo Cubista-modernista, que adornou por muitos anos o fundo da Galeria do Edifício Helena Soares, foi confeccionado em duas partes sobre pranchões de Eucatex, medindo 4 metros de largura por 1,24 metros de altura. De acordo com os dados informados pelo CDPC-GV, a pintura retrata aspectos relevantes da cultura e história de Governador Valadares, tais como a pecuária, a extração de minerais, a ponte São Raimundo (sobre o Rio Doce) e o Ibituruna. Este monumento é o último remanescente de uma época, em que era comum se utilizar grandes painéis decorativos para ornamentação de hall de entrada de edifícios. Foi concebido pelo artista plástico Sebastião Rosa - que por motivos pessoais preferiu o anonimato - entre os anos de 1962 e 1964. Atualmente, depois de passar por restauro, o bem encontra-se no Centro Cultural Néelson Mandela. Bem tombado pelo Decreto N°. 7.670, de 15 de abril de 2003.



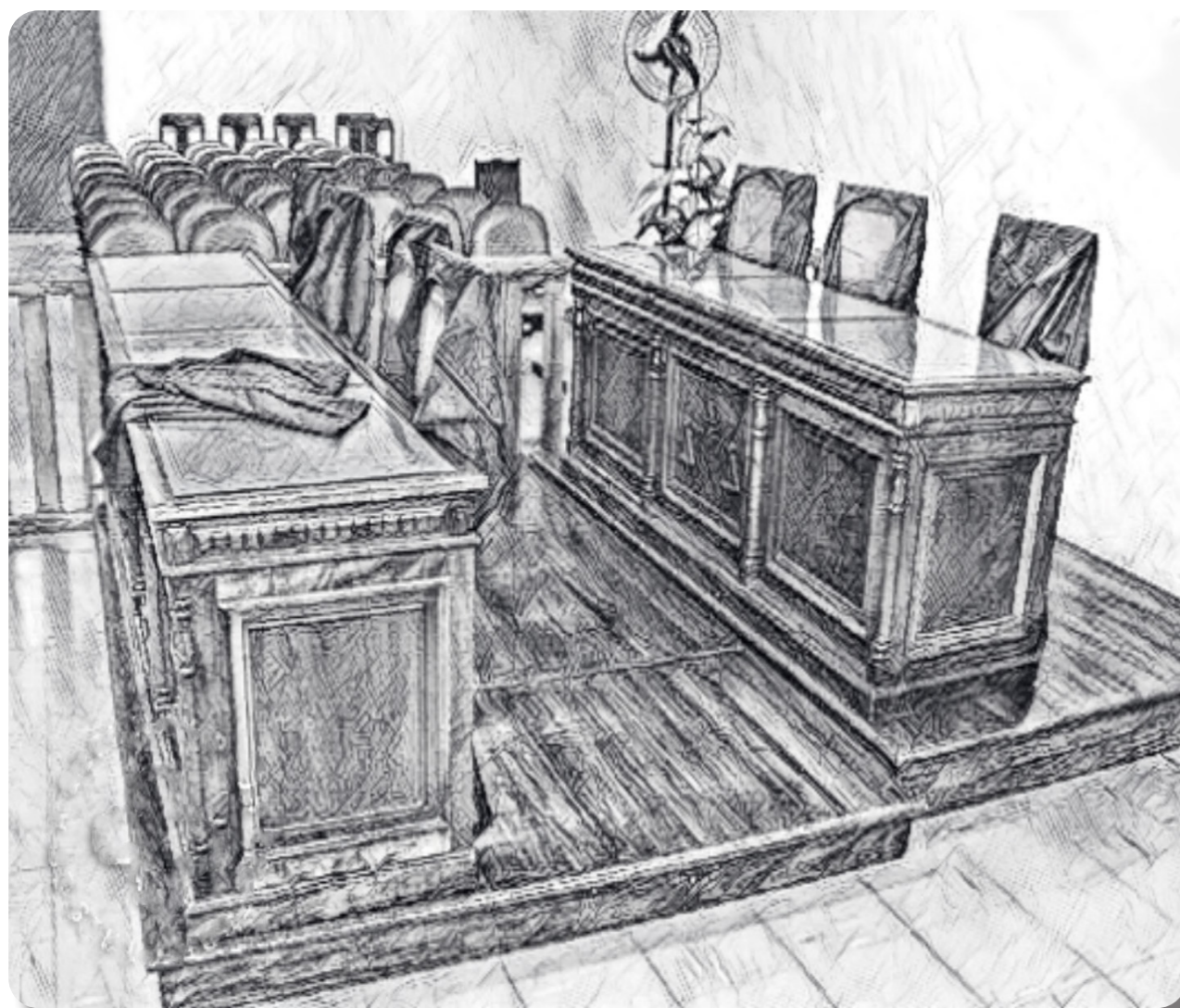
Painel Cubista no Edifício Santa Helena
Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares - 2014



Painel Cubista restaurado (inauguração) - Centro Cultural Néelson Mandela
Foto Leonardo Morais - Prefeitura Municipal de Governador Valadares - 2019

Mobiliário da sala do Júri

De acordo com a descrição do CDPC-GV, o Conjunto Mobiliário que compõe a Sala do Tribunal do Júri, do Fórum da Comarca de Governador Valadares foi confeccionada nos anos de 1940, em Belo Horizonte- MG. É composto de balcões, tribuna, cadeiras, urnas cilíndricas e o crucifixo, foram fabricados de imbuia e jacarandá, e possuem grande valor histórico para o município colaborando para a preservação da memória do Poder Judiciário local. Esse bem móvel foi tombado pelo Decreto N°. 7.665, de 15 de abril de 2003.



Mobiliário da Sala do Júri, s/d
Prefeitura Municipal de Governador Valadares



Antigo Templo Presbiteriano

O “Antigo Templo Presbiteriano” possui grande valor histórico e arquitetônico para Governador Valadares, por ser a primeira igreja protestante da cidade. Conforme dados pesquisados pelo CDPC-GV, o templo fora construído entre 1934 e 1939, é cópia de uma igreja irlandesa. Quando ainda não havia luz elétrica na cidade, era a única igreja onde havia serviços litúrgicos noturnos, iluminados por lustres a gás de carbureto. Deixou de ser utilizada regularmente a partir de 1977, com a inauguração do novo templo, situado na Avenida Brasil, nº. 2837. Este bem imóvel foi tombado pelo Decreto Nº. 8.004, de 02 de abril de 2004.



Antigo Templo Presbiteriano, 1938
Parajara dos Santos



Antigo Tempo Presbiteriano, s/d
Museu da Cidade



Antigo Templo Presbiteriano
Google Maps - 2014

Fachada do antigo MIT (Minas Instituto de Tecnologia)

A edificação foi construída na década de 1950, com inspiração neoclássica, após o loteamento do bairro Vila Bretas, iniciado em 1949. O prédio pertenceu, a princípio, à Companhia Vale, uma das instituidoras da Fundação Percival Farquhar (FPF), com acento no Conselho Curador A Vale entregou o prédio à FPF, no regime de comodato, para iniciar suas atividades acadêmicas, quando na década de 1960 recebeu a visita de Juscelino Kubitschek. Lá, funcionou a primeira unidade de ensino da FPF, a Faculdade de Engenharia, a partir de 1968. Originalmente, essa faculdade foi denominada Minas Instituto de Tecnologia de Governador Valadares (MIT), que mais tarde teve seu nome alterado por recomendação do Ministério da Educação (MEC). A Vale doou o imóvel para a Prefeitura Municipal de Governador Valadares no dia 2 de dezembro de 2010 para uso de um campus universitário, conforme Registro de Imóvel do 1º Ofício, matrícula 39.408, folha 1. Em 27 de maio de 2021, de acordo com a Central de Notícias da Univale, a Fundação Percival Farquhar recebeu o imóvel por meio de um decreto municipal, após votação pela Câmara Municipal, visando a manutenção das atividades educacionais e desenvolvendo ações comunitárias. O prédio recebeu o nome Professor Armando Vieira, em homenagem ao seu pioneirismo no ensino superior. No edifício funcionam os cursos de Contabilidade, Administração e Direito da Universidade Vale do Rio Doce, mantida da FPF. Esse bem imóvel foi tombado pelo Decreto nº. 8.831, 13 de agosto de 2008.



Fachada do antigo MIT
Google Maps, 2021



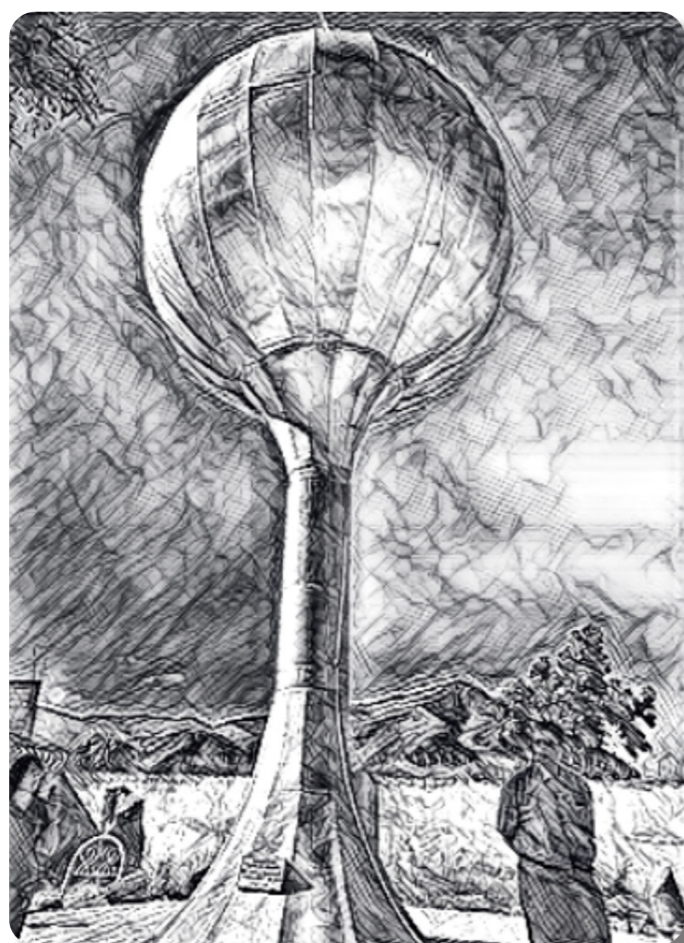
Antigo MIT (Campus I da Univale, 1971) - Rua Juiz de Paz José Lemos e Rua João Costa sem calçamento
Centro de Memória e Cultura da Univale

Bioquê do Prefeito

De acordo com os jornais Diário do Rio Doce e Diário do Jequi (ambos na edição de 09/07/2014), em 1968 foi construída uma caixa d'água no alto do morro Carapina, durante o mandato do ex-prefeito Her-
mírio Gomes da Silva, e desde então se tornou um símbolo dos bairros Nossa Senhora das Graças e Ca-
rapina. De acordo com Sérgio Sousa (Associação de Moradores), os moradores do Carapina consideram
a caixa d'água um símbolo de uma luta. Daí a importância de preservá-la como uma memória marcante
e significativa para a comunidade dos tempos em que o local não possuía água encanada e a falta d'água
era recorrente.

A caixa logo ficou conhecida como “Bioquê”, pelo fato de se parecer com o brinquedo denominado Bil-
boquê. É importante informar que, antes da caixa d'água construída no alto do Carapina, os moradores
mais antigos enchiam as latas de água e subiam o morro.

O representante da Associação de Moradores, Sérgio Sousa, disse que a comunidade está esperançosa
de “[...] que o local onde ela está situada se torne a sede do futuro Museu Carapinense, um local que irá
abrigar objetos e documentos doados pelos moradores que contam a história da comunidade”, adiantou.
Após 46 anos de sua inauguração, o decreto de tombamento n. 9.995, assinado no dia 5 de maio de 2014,
transformou a caixa d'água (o Bioquê) em patrimônio cultural do município.



Bioquê (restauro), 2014
Facebook Fotos Antigas e Atuais de
Governador Valadares



Vista parcial do bairro N.
Senhora das Graças
Google Maps, 2021

Escola Estadual Professor Nélson de Sena

A Escola Estadual Professor Nélson de Sena estabeleceu-se na cidade em 1929, com a denominação “Escolas Reunidas de Figueira”, sob a direção da Senhora Carmem Cristino. Em 1943, a escola passou a denominar-se Grupo Escolar de Governador Valadares e em 1946, Grupo Escolar Nélson de Sena, em homenagem ao Deputado Nélson de Sena. O nome atual foi definido em 1974. Localizada no bairro Centro, trata-se de uma das maiores escolas do Estado de Minas, com cerca de 1800 alunos. É considerada pelo governo estadual como uma ‘Escola Referência’, servindo de laboratório para inúmeros projetos pedagógicos. O Tombamento desse bem imóvel se deu pelo Decreto nº 10.849, de 29 de novembro de 2018.



Escola Estadual Professor Nélson de Sena, década de 1940
Museu da Cidade



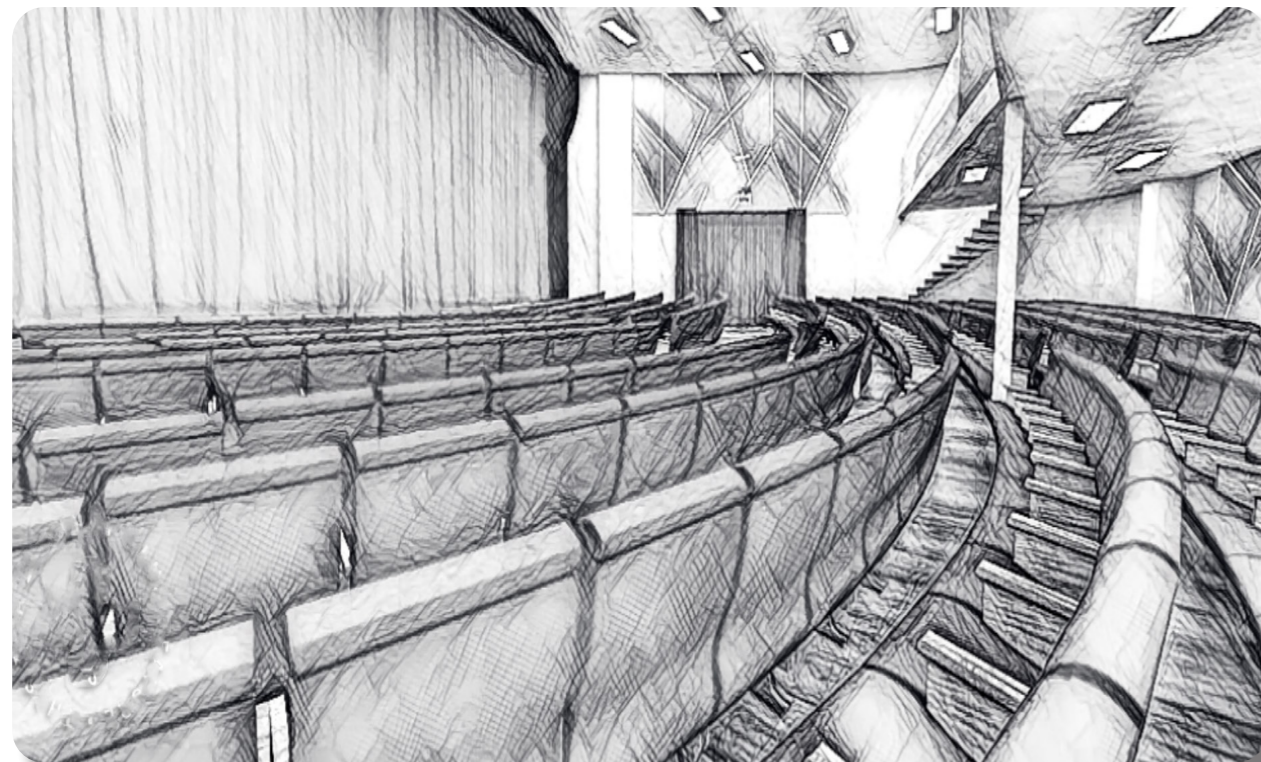
Escola Estadual Prof. Nélson de Sena, 2018
Diário do Rio Doce

Escola Estadual Prof. Nélson de Sena, 2018
Portal G1

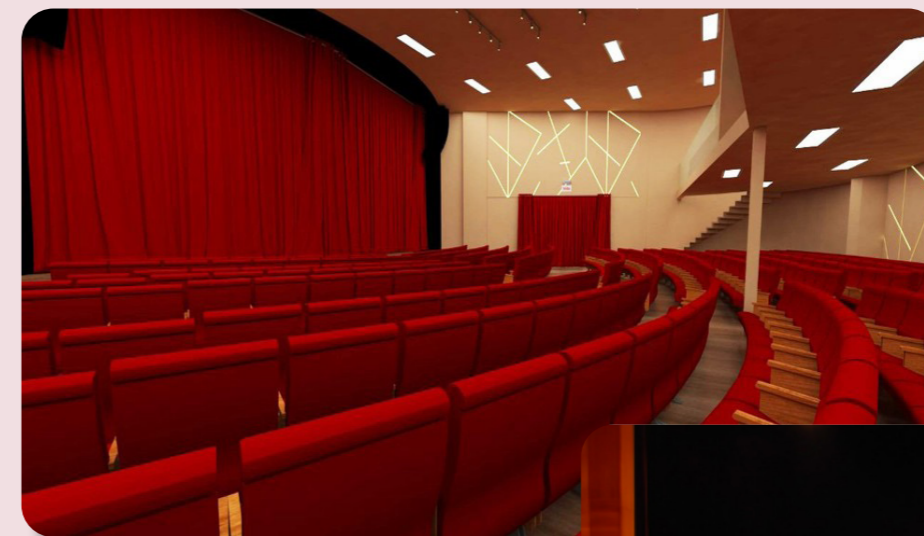


Teatro Atiaia

Conforme o jornal Diário do Rio Doce (edição de 11/03/2014) e o Inventário de Referências Culturais de Governador Valadares, o Teatro Atiaia, também conhecido como Palácio da Cultura, localiza-se no bairro Centro. O nome Atiaia, em Tupi-Guarani, significa “Raio de Luz”. O teatro, idealizado por Silvio Piazarollo Rodrigues, foi inaugurado no dia 1º de maio de 1982, na administração do prefeito Raimundo Rezende. O espaço a princípio destinado a eventos estimulou e ampliou a programação cultural da cidade. “O primeiro espetáculo encenado foi a comédia “E” (Millôr Fernandes). O advento do Teatro trouxe à tona a experiência de produção artística na região, revelando inúmeros talentos”. Com a abertura do teatro o movimento teatral ganhou efervescência e vários grupos surgiram, expandindo e amadurecendo o gosto do valadarense pela arte. O espaço possui capacidade para 400 pessoas e um completo sistema de luz, som e climatização. Atualmente, o teatro passa por readequações relativas à segurança e acessibilidade para receber novos espetáculos. Esse bem imóvel foi tombado em 2019.



Teatro Atiaia, 2015
Facebook Teatro Atiaia



Teatro Atiaia, 2015
Facebook Teatro Atiaia



Praça Aurita Machado

A antiga Praça 13 de Maio localiza-se no centro de Governador Valadares e foi construída entre os anos de 1965 e 1966 pelo então prefeito Joaquim Pedro Nascimento. O nome da Praça é uma homenagem à princesa Isabel e, também, à senhora Aurita Machado, nascida em 13 de maio, mãe de 12 filhos e esposa do Coronel Altino Machado. O local rememora a luta pelos direitos humanos e a luta das mulheres valadarenses. Entretanto, também representa o posicionamento da elite local frente às reformas do presidente João Goulart, às vésperas do Golpe Militar, em 1964. Recentemente, a Praça passou por uma revitalização e passou a ser designada Praça Aurita Franco Machado. Esse bem imóvel foi tombado em 2019.



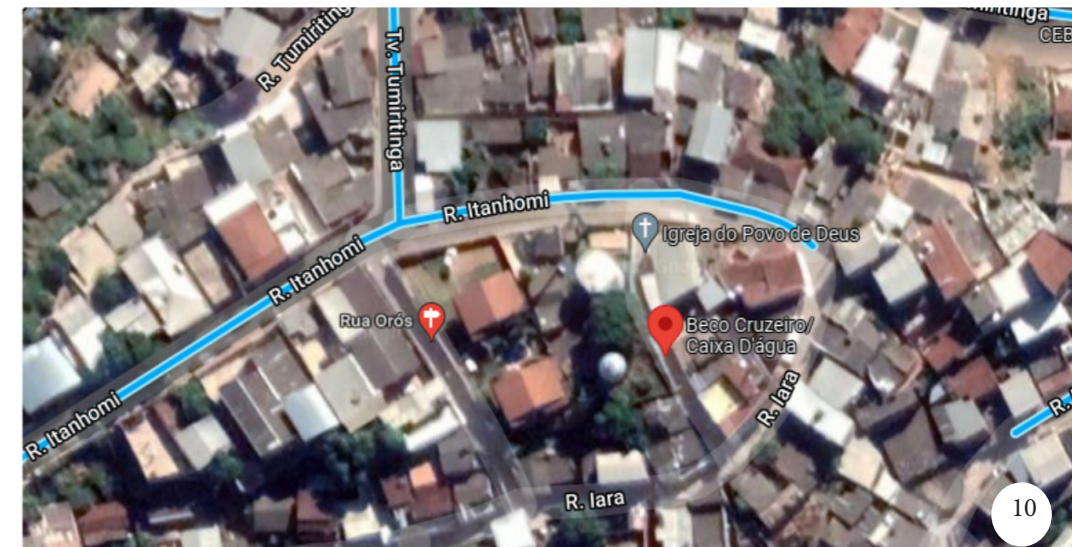
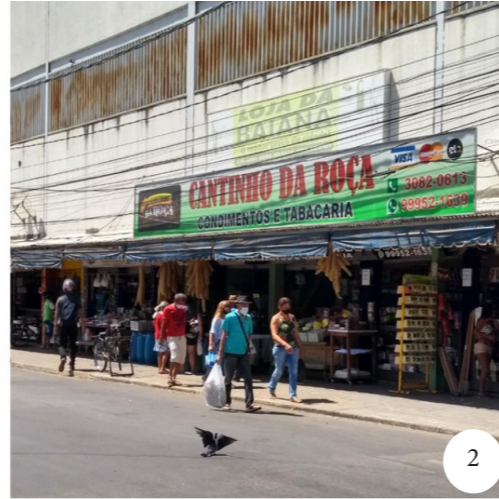
Praça Aurita Machado, 2018
O Olhar



Busto Aurita Machado, 2019
Diário do Rio Doce

Lista de Bens Inventariados

- Mercado Municipal de Governador Valadares (Rua Israel Pinheiro);
- Ponte São Raimundo (Continuidade da BR 116);
- Conjunto paisagístico Praça Serra Lima (Avenida Minas Gerais);
- Beco do Cruzeiro (Carapina);
- Encontro Folclore (Distrito- Penha Cassiano);
- Livro do Primeiro Recenseamento (Museu da Cidade);
- 1ª Planta Topográfica de Governador Valadares (Museu da Cidade);
- Cadeira de Dentista usada por Idelond Rosado (Museu da Cidade);
- Tuba e Trombone da Banda Lira 30 de janeiro (Museu da Cidade);
- Igaçabas (Museu da Cidade);
- Catedral de Santo Antônio (Praça Dom Manoel);
- Conjunto Paisagístico Complexo da Ilha dos Araújos (Ilha dos Araújos);
- Conjunto Paisagístico Praça do XX (Centro);
- Igreja N. S. da Piedade (Igrejinha de Xonin);
- Praça dos Pioneiros;
- Modo de Fazer a Cachaça Ibituruna (Distrito de Pontal);
- Tradicional Festa da Bandeira do Divino Espírito Santo (Distrito de Pontal);
- Cacheira do Porto (Distrito de Pontal);
- Tampa de ferro fundido e placa do SESP;
- Conjunto paisagístico rua Prudente de Moraes;
- Conjunto paisagístico bairro São Tarcísio;
- Igreja Nossa Senhora das Graças (Distrito Córregos do Bernardo);
- Sino da Igreja Nossa Senhora das Graças (Distrito Córregos do Bernardo);
- Móvel do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP;
- Sino do Santuário de Santa Rita (Bairro Santa Rita);
- Conjuntos Paisagísticos das Cachoeiras: Véu das Noivas e Cachoeirinha;
- Conjunto Paisagístico do Pontilhão de Derribadinha.



Identificação das fotografias

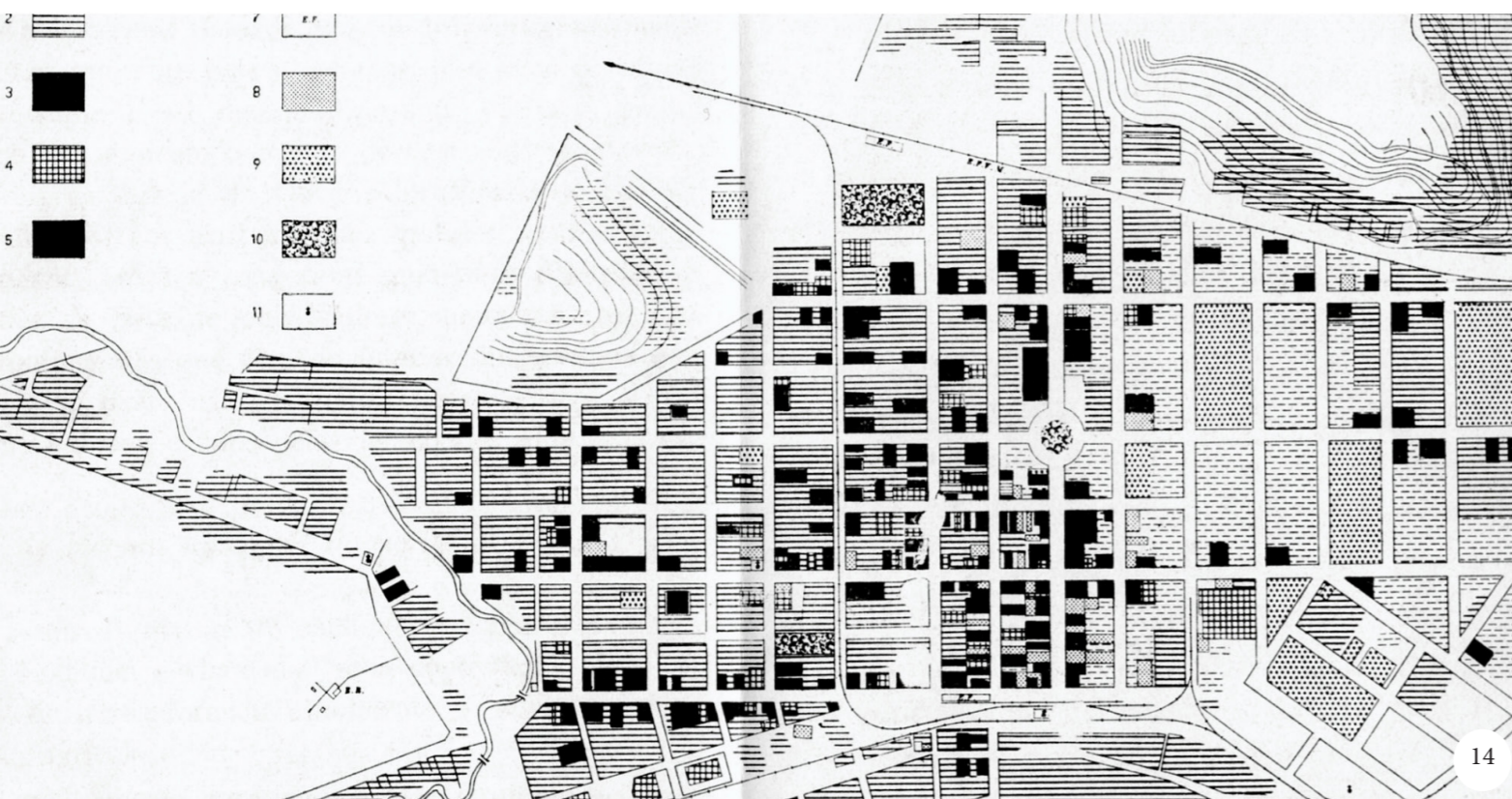
- 1- Mercado Municipal, 2021 / Facebook Mercado Municipal
- 2- Mercado Municipal, 2020/ Diário do Rio Doce - Foto de Eduardo Lima
- 3- Ponte do São Raimundo, 2018 / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares
- 4- Ponte do São Raimundo, início dos anos 1940 (em construção) / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares
- 5- Praça Serra Lima e Av. Minas Gerais, década de 1950 / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares
- 6- Praça Serra Lima e Av. Minas Gerais, década de 1950 / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares

Identificação das fotografias

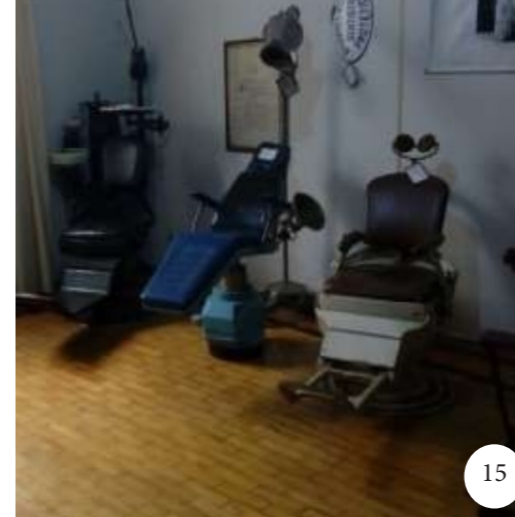
- 7- Praça Serra Lima e Av. Minas Gerais, atual/ Portal Minas Gerais
- 8- Praça Serra Lima e Av. Minas Gerais, atual/ Portal Minas Gerais
- 9- Beco do Cruzeiro (Inauguração do Bioquê do Prefeito - 1972 / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares
- 10- Beco do Cruzeiro - 2022 / Google Maps
- 11- Encontro de Folclore (Distrito Penha do Cassiano) - 2018 / Portal Minas Gerais
- 12- Encontro de Folclore (Distrito Penha do Cassiano) - 2018 / Portal Minas Gerais



13



14



15



16



17



18

Identificação das fotografias

- 13- Livro do Primeiro Recenseamento (1930) / Prefeitura Municipal de Governador Valadares, 2018
- 14- 1ª Planta Topográfica de Governador Valadares / N. Strauch (1958)

Identificação das fotografias

- 15- Cadeira de Dentista usada por Idelond Rosado / Museu da Cidade, s/d
- 16- Instrumentos da Banda Lira, década de 1970 / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares, 2020
- 17- Igaçabas / Prefeitura Municipal de Governador Valadares, 2020
- 18- Catedral de Santo Antônio (Praça Dom Manoel) / Diocese de Valadares, 2022



Identificação das fotografias

- 19- Conjunto Paisagístico Complexo da Ilha dos Araújos / Pinterest, 2022
- 20- Conjunto Paisagístico Praça do XX / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares, 2020
- 21- Igreja N. S. da Piedade (Igrejinha de Xonin) / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares, 2013

Identificação das fotografias

- 22- Praça dos Pioneiros, 2010 / Prefeitura Municipal de Governador Valadares
- 23- Modo de Fazer a Cachaça Ibituruna (Distrito de Pontal) / Alambique Fazenda Itatinga, 2015
- 24- Tradicional Festa da Bandeira do Divino Espírito Santo, Distrito de Pontal / Viviane Teodoro, 2020



25



27



28



26



29

Identificação das fotografias

25- Cacheira do Porto (Distrito de Pontal) / Facebook Santo Antônio do Porto, 2013

26- Conjunto paisagístico rua Prudente de Moraes;

Identificação das fotografias

27- Bairro São Tarcísio, 1978 / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares - Foto: Lúcia Maria das Graças

28- Bairro São Tarcísio, s/d - Acervo José Bispo Ferreira Filho

29- Localização do bairro São Tarcísio



30



30



31



32



32



32



33



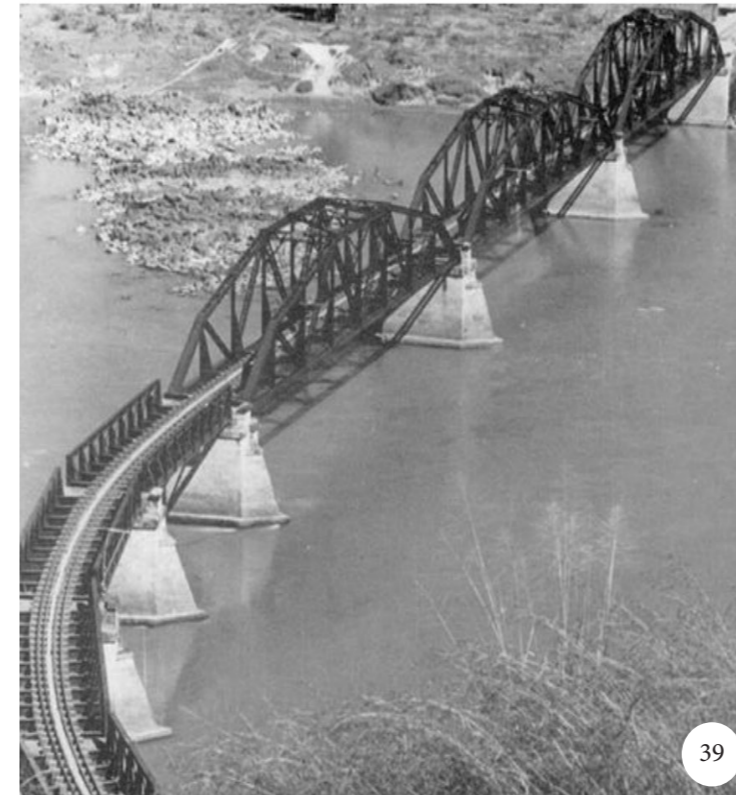
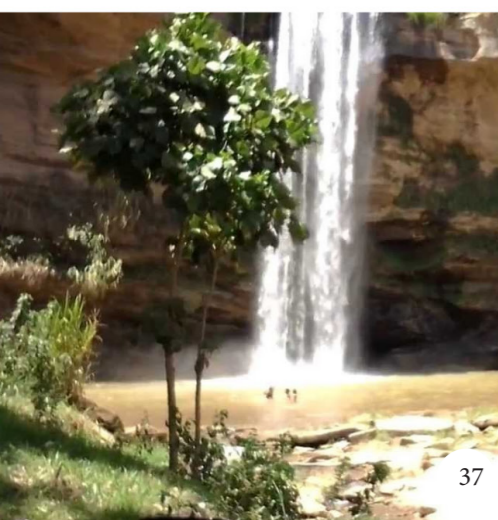
34

Identificação das fotografias

30- Igreja Nossa Senhora das Graças (Distrito Córregos do Bernardo) / Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Governador Valadares;
31- Sino da Igreja Nossa Senhora das Graças (Distrito Córregos do Bernardo)/ Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Governador Valadares;
32- Móvel do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP / Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Governador Valadares;

Identificação das fotografias

33- Sino do Santuário de Santa Rita (Bairro Santa Rita) / Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Governador Valadares;
34- Santuário de Santa Rita (Bairro Santa Rita) / Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Governador Valadares;



Identificação das fotografias

35 a 38- Conjuntos Paisagísticos das Cachoeiras: Véu das Noivas e Cachoeirinha / Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Governador Valadares

Identificação das fotografias

39- Pontilhão de Derribadinha (década de 1950) / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares
40- Pontilhão de Derribadinha (2019) / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares
41- Pontilhão de Derribadinha (2020) / Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares

Para refletir...

Existem, em sua cidade e região, bens mutilados, em ruínas, abandonados? Em caso afirmativo, o que você pode fazer?

Que atitude você adota diante da destruição de bens naturais?

Estamos considerando bens naturais: Rios – Córregos – Pico do Ibituruna – Rio Doce - Nascentes – Bosques Naturais – Matas – Pureza do Ar – Montanhas – Minas – Pedreiras – Grutas – Cavernas – Lagos/Lagoas – Praias de Rios – Plantas Raras da Região – Animais Raros Típicos da Região (principalmente espécies em extinção) – etc.

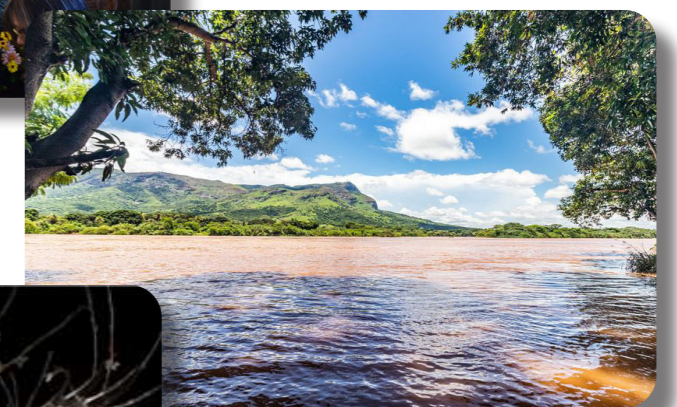
Em sua região conservam-se manifestações religiosas? E você, participa? Como? Estamos considerando manifestações religiosas: Coroações – Ladainhas – Procissões – Rezas – terços – Novenas, Trezenas – Jubileus – Missões – Festas de Santos Padroeiros – Charolas ou Folias – Encomendações de Almas – Semana Santa – Rituais de Umbanda e Candomblé – Rituais de Igrejas evangélicas das mais variadas denominações – Adoração do Santíssimo – Festa do Divino – Folia de Reis – Reisados – Romarias – Incelências (canto fúnebre) – Devoções Marianas – etc.

Em seu meio cultivam-se práticas e expressões folclóricas? Qual a sua participação? Estamos considerando as seguintes expressões folclóricas: Catopés – Caboclinhos – Catira – Marujada – Umbanda



Trezena de Santo Antônio, 2019
Diocese de Valadares

Rio Doce, 2021
Facebook Fotos Antigas e Atuais
de Governador Valadares



Coruja Murucutu de Barriga Amarela - espécie
em extinção, 2021
Prefeitura Municipal de Governador Valadares



42

M. E. S.
SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA
ESTE EDIFÍCIO, SÍMBOLO DE UMA Sã POLÍTICA
DE BOA VIZINHANÇA, FOI CONSTRUÍDO PELOS
GOVERNOS DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
E DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
1945

43

Identificação das fotografias

42 e 43- Tampa de ferro fundido e placa do SESP / Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Governador Valadares

– Candomblé – Zé Pereira – Dança do Velho – Moçambique – Cavalhada – Bate-Pau – Festas Juninas – Festas Natalinas – Ex-votos – Caxambu – Batuque – Quadrilha – Boi da Manta, Boi de Janeiro ou Boi-de-Laranja – Escolas de Samba – Malhação de Judas – Mineiro Pau – Pastorinhas – Borandá – etc.

Em sua comunidade, em sua família conservam-se hábitos tradicionais de alimentação? E você? De que modo seria possível sensibilizar a comunidade na prática de hábitos saudáveis na alimentação?

Procurando sensibilizar, sobretudo, a infância para o consumo de alimentos de preferência naturais ou produzidos em casa. É importante salientar que os hábitos alimentares são excelente fonte para a pesquisa e o estudo das características de comportamento dos grupos humanos. Outro aspecto a ser levado em conta é o da tradição: determinadas “receitas” constituem verdadeiro segredo da família e tornam-se famosas pelo mistério que as cerca.

A seguir indicamos alguns hábitos alimentares característicos da região:

Feijão Tropeiro – Frango com Quiabo – Angu, Couve e Torresmo – Feijoada – Frango ao Molho Pardo – Tomatada – Vaca Atolada (rabada com mandioca) – Canjiquinha com Costelinha (ou pela égua) – Surubim Assado – Caldo de Mandioca – Leitão Assado – Lombo – Galinhada – Bamba de Couve – Fubá Suado – Lobrodó com Costela (ora-pro-nóbis com costela) – Cabritada – Carne-de-sol – Tutu à Mineira, Angu de banana com frango, etc.

Doces mais consumidos:

Doce de Leite – Canudinho de Doce de Leite – Doce de Mamão Verde – Doce de Cidra – Doce de Banana – Doce de Abóbora – Doce de Goiaba – Doce de Manga – Pamonha – Mingau de Milho Verde – Broinha de Fubá – Biscoito de Polvilho – Pão de Queijo – Rosquinha de Nata – Rosca da Rainha – Arroz Doce – Paçoca de Amendoim – Milho/Batata/Doce Assados – Canjica – Quentão – Cachacinha – Broa de Fubá (ou cubu) – Cuscuz de Farinha com Queijo Mineiro, etc.



Canudinhos de doce de leite, 2022
Site Minhas Delícias



Mingau de milho verde, 2022
Site Guia da Culinária

Você conhece as formas de expressão musical de sua terra? Cultiva estas formas?

Esse cultivo exige uma observação cuidadosa das preferências da comunidade. Por isso, o cuidado para que a música e o canto, veículos de expressão da alma humana por excelência, sejam cultivados como bem comum e não como privilégios de poucos. Daí a necessidade de pesquisar a criação musical perdida, muitas vezes, no anonimato, para elucidação de pontos obscuros da história da comunidade.

Indicamos como patrimônio musical:

Cantigas de Roda – Cantigas de Ninar – Cirandas – Músicas Sacras – Cantigas de Trabalho – Canções de Seresta – Canções Sertanejas – Terços Cantados – Missas – Dobrados – Partituras de Bandas de Música, etc.

Em sua comunidade conservam-se os hábitos de brincar do passado? Por quê?

Consideramos importante estimular nas crianças a prática de brincadeiras e jogos infantis que vêm, de geração em geração, sendo cultivados. Assim, pode-se despertar nelas o gosto para criar seu próprio brinquedo como forma, sobretudo, de expansão de seu potencial lúdico.

Alguns jogos, brinquedos e brincadeiras:

Papagaio e Pipa – Bola-de-gude ou Biroasca – Pião ou Piorra – Bonecas de Pano – Finquinho – Queimadas – Amarelinha - Piques – Jogos de Pedrinhas ou “Pelisca” – Pulo de Corda – Esparrar Manteiga – Chicotinho Queimado – Estátua – Parlendas – Fórmulas e Mnemônias – História e Casos – Provérbios – Andar de Perna-de-pau – Rasteiras – Cadeirinha de Fubá – Passar Anel – Pera-uva-maçã.



Portal G1, 2019

Qual tem sido a sua contribuição na valorização, divulgação e apoio das realizações artísticas e artesanais?

É importante incentivar, nas famílias, por meio das crianças a partir das escolas, a manutenção de prá-

ticas no campo artístico e artesanal, promovendo exposições, oficinas de criação, cursos que envolvam todos os aspectos de artesanato: culinária, bordado, tecelagem, cerâmica, madeira, pedra sabão, palha, argila, bambu, corda, etc. Devemos incentivar o um levantamento do artesanato local.

Algumas manifestações artesanais:

Panelas de Barro – Panelas de Ferro – Panelas de Pedra – Colchas de Retalhos – Conchas de Algodão – Trançados – Cestas e balaios – Peneiras – Abanos – Trabalhos Domésticos de Agulha – Pontos e Tecelagem – Luminárias – Recortes – Tricô – Trabalhos em Couro, Palha, Pita, Sisal, Corda, Bambus, Osso, Massas – Trabalhos de Ourivesaria – Cerâmica, etc.



Rede Manual, 2014

Você tem contribuído para a preservação e valorização da linguagem popular, em especial, do linguajar do valadarense?

É importante preservar os localismos e os regionalismos. De que modo? O que torna o mineiro diferente, por exemplo, do baiano, em primeiro lugar, é o sotaque ou pronúncia regional. Em segundo lugar, é o emprego de certo número de termos e expressões peculiares a um e a outro, os quais alteram, substancialmente, o mobiliário verbal em seus respectivos estados.

Exemplificamos, a seguir, alguns registros verbais que são frequentemente empregados em Governador Valadares e entorno:

- Barango: Diz-se de pessoa ou de coisa de mau gosto, barata, mixuruca, fora de moda, cafona.
- Bisontado: amalucado;
- Bololô: Confusão, briga, dificuldade;
- Currutela (de corruptela, provavelmente): Gentinha, ralé; De maior: Maior, referindo-se à idade de alguém.
- Fazer vista grossa: Omitir-se.

- Ficar no bem-bom: ficar do lado melhor, por má-fé;
- Ir a vaca pro brejo: Perder o que se esperava ganhar; ou descambar para a violência. Ir pro beleléu: Morrer ou falir, empobrecer, cair em estado de miséria;
- Lavar a égua: Se dar bem com alguma situação.
- Ópocevê: aglutinação de “olha para você ver”, chamando atenção para algo, admirando alguma coisa.
- Passar mel na boca: Enganar arditosamente, iludir com falsos elogios; Picar a mula: Ir-se embora. Sair de algum lugar, fugir;
- Rabo de Foguete: Tarefa espinhosa e, por natureza, difícil de ser cumprida;
- Sacadequê: aglutinação de “sabe por causa de quê?”, perguntando durante uma conversa e testando a atenção do receptor
- Subir na tamanca: Reagir, perder o bom senso, irritar-se com uma pessoa; Tirar o cavalinho da chuva: Desistir
- Verdade nua e crua: aquela que envergonha, fere e desmoraliza.

A manutenção, a preservação e a valorização do nosso patrimônio evocam a sensibilização e a responsabilidade de toda a sociedade para educar as gerações futuras. Nesse sentido, o(a) professor(a) e a escola podem dar sua contribuição valiosa incentivando a pesquisa e o levantamento das referências culturais locais, a saber:

- medicina caseira;
- linguagem popular;
- festas e cerimônias;
- os diversos saberes populares;
- as inúmeras formas de expressão; utensílios, vestuário, transporte;
- provérbios, trava-línguas, ditados e adivinhações; troncos familiares da localidade;
- benzedoras da comunidade;
- residências, prédios públicos, fatos históricos e pitorescos.

Enfim... Alimentando, no espírito da criança, o respeito por tudo o que constitui a cultura do seu povo.

Referências

ANDRADE, Reverendo Eneziel Peixoto de. “A Primeira Igreja Presbiteriana de Governador Valadares”. 2016. (Texto do autor).

COSTA, Edmar Campelo. Epopéia de pioneiros: a história de Governador Valadares. 2. ed. atual. Governador Valadares: Gráfica Cruzeiro, [1977] 2006.

ESPINDOLA, H. S. Associação comercial de Governador Valadares: sessenta anos de história. Governador Valadares: ACGV, 1999.

FONSECA, José Raymundo. Figueira do Rio Doce. Governador Valadares, 198-[?].

GENOVEZ, Patrícia Falco; PORTES, Edileia Maria Leite; FERREIRA FILHO, José Bispo; CAZAROTTO, José Luiz; LETÍZIO, Guilherme V. (Orgs.). Inventário de Referências Culturais de Governador Valadares. Governador Valadares: Editora Univale, 2017.

SANTOS NETTO, Maria Cinira dos. Pioneiros do Porto de Dom Manuel, a História de Governador Valadares. Destaque de trechos concedidos pelo Museu da Cidade. Tendo em vista que esse extrato de texto não apresenta numeração de página e nem a referência completa da autora, adotaremos o ano da obra como sendo 2016, data da entrega do texto.

SANTOS, Parajara dos. O Katzensprung. Governador Valadares, 2000.

SANTOS, Parajara dos. Revista da Ilha. Governador Valadares: Publicação da ILS Comunicação Ltda, 2000.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Memórias sobre a história de uma cidade: a História como labirinto. Educ. rev. no.47 Belo Horizonte June 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100014#back3 (Acessado em 20 de julho de 2014).

SOARES, Ruth. Memórias de uma cidade. Governador Valadares: Tribuna Fiel, [19--]. 1983.

Sobre os autores

PATRÍCIA FALCO GENOVEZ

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1993), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1996), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2003) e pós-doutorado em Teoria e Metodologia da História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015). Atualmente é professora titular da Universidade Vale do Rio Doce, atuando nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Design Gráfico e no Mestrado Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território (GIT). Integra o corpo de pesquisadores do Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT/Univale). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: formação histórica do território, memória, patrimônio cultural, narrativa, história local, história oral e territorialidades.

JOSÉ BISPO FERREIRA FILHO

Possui graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Vale do Rio Doce (1988). Atualmente é professor com Dedicção Parcial na Universidade Vale do Rio Doce. Foi coordenador do setor de Música e Literatura da Fundação Percival Farquhar (Núcleo de Cultura) e diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes, atuando principalmente nos seguintes temas: território, memória, identidade, tradição e poder. Possui pós-graduação em Linguística Aplicada e Filosofia pelo Framingham State College (Massachusetts - 2001). Possui também pós-graduação em Gestão Integrada do Patrimônio (Univale - 2007). É Mestre em Gestão Integrada do Território (Univale- 2011).

Parceria



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**GOVERNADOR
VALADARES**

GIT
Programa de Pós-Graduação
Gestão Integrada do Território

